

## Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Aldacir  
Oliboni



Atena  
Roveda



Cláudia  
Araújo



Gilvani  
o  
Gringo



Hamilton  
Sossmeier



Psicóloga  
Tanise  
Sabino



### 009ª COSMAM 25MAR2025

**Pauta:** As águas dos mananciais até a chegada nas torneiras: qualidade e consequências segundo os dados do DMAE.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** (10h05min) Bom dia a todos. Estão abertos os trabalhos da presente Comissão de Saúde e Meio Ambiente, já temos quórum, temos quatro vereadores, Ver<sup>a</sup>. Atena, Ver. Oliboni, Ver. Gilvani o Gringo. Hoje a nossa pauta é sobre a água. Nós vamos falar sobre as águas dos mananciais até a chegada nas torneiras, qualidade e consequências, segundo os dados do DMAE. Esta pauta é uma proposição do Ver. Gilvani o Gringo. Gostaria de chamar para compor a mesa o Sr. Alex Lamas, diretor da Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Saúde, seja bem-vindo; Sra. Joicyneli Becker, diretora do DMAE, bem-vinda; Sra. Vanessa Venturi, gerente de tratamento de águas, seja bem-vinda; o professor Salatiel da Silva, do IPH, seja bem-vindo; e o diretor do DMAE, Sr. Bruno Vanuzzi, seja bem-vindo. Nós recebemos aqui um material que acho que está disponibilizado para todos; é um material da Fepam. É isso, Josi, que mandou? Que mandou esse material para o gabinete do vereador. Bom, de imediato, dar boas-vindas a todos. Agradecer pela presença do nosso diretor, Bruno, obrigada por estar aqui conosco nessa pauta tão

importante. E passar de imediato ao proponente da pauta, o Ver. Gilvani o Gringo, para que ele faça a sua fala inicial.

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Bom dia a todos; bom dia aos vereadores, diretor do DMAE, pessoal responsável pelo tratamento de água. Essa é uma área que eu conheço e convivo há 30 anos, a área do meio ambiente, lidando com águas e resíduos. Então nada mais justo do que estar aqui colocando ela em pauta e tenho certeza que, se nós lutarmos lá em cima do que está ocorrendo hoje em nossos mananciais e até a qualidade da água chega em nossas torneiras, nós vamos salvar muitas vidas e melhorar muito a saúde da nossa população. Então, vou deixar para a vereadora conduzir os trabalhos e dar a palavra para cada um. Depois eu vou dando minhas sugestões. Muito obrigado pela presença de todos.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigado, Ver. Gilvani. Ver.<sup>a</sup> Atena, gostaria de se manifestar? Ver. Oliboni? (Pausa.)

Bom, então de imediato vamos passar a palavra aos os nossos convidados para que possam fazer as suas explanações. A Sra. Joicinelí Becker está com a palavra.

**SRA. JOICINELI F. OLIVEIRA BECKER:** Meu nome é Joice Becker, sou diretora de tratamento de águas e esgotos do DMAE, atuo no departamento já vai fazer dez anos. Nesse período sempre orbitei entre a questão ambiental, sou oriunda da gestão ambiental, da área de licenciamento, gestão de resíduos, políticas de meio ambiente, parte de crimes ambientais também. E também fui membro do comitê de bacia do Gravataí por cinco anos e também atuei no comitê do Lago Guaíba. Acho que a pauta até primeiro é agradecer, porque a gente que é oriundo desses movimentos, dessas áreas, a nossa visão é muito mais integrativa e, quando a gente vai para uma área operacional, a gente carrega essa experiência junto. Do ponto de vista do tratamento de água e da pauta da nossa discussão, acho que seria um bom embrião para próximas

discussões, abrindo o arcabouço para que a gente tivesse também dentro os entes que efetivamente participam e determinam a política de meio ambiente e de recursos hídricos do município, que são os comitês de bacia. Para o meu entendimento, ali nos comitês a gente tem a representação desde o Ministério Público, os usuários da bacia, ali é o nicho onde a gente pode melhor implementar as mudanças, seja na parte ambiental e na parte de melhoria de qualidade, de controles, de licenças, para que a gente possa atuar de uma forma bem específica no cerne da nossa discussão aqui, que é a qualidade da água bruta do Lago Guaíba, que não é um compartimento estanque. E eu, como venho da área ambiental e trabalho muito com a área da engenharia também, vejo que muitas vezes as pessoas se referem ao Lago Guaíba e esquecem que é um sistema vivo, que recebe tanto afluentes aí, Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí. E que a gente que é da área técnica, de química, muitas vezes enxerga como números, como descritivos de ensaio, mas que na realidade é um corpo hídrico que reflete a sociedade na qual ele está inserido. Então, o Guaíba, historicamente, ele tem afluentes com uma qualidade, afluente de melhor qualidade, outros afluentes já mais impactados. E o que a gente vê, o Guaíba, em sendo a passagem em direção à Laguna dos Patos, acaba sofrendo e conhecendo todo o tipo de alteração que também acontece nesses corpos. Alguns estão mais isolados ali, como o próprio Gravataí, não recebe tantos afluentes e com tanto volume. E o que a gente pode verificar nos últimos tempos, e aí até temos um trabalho aqui da Fepam, muito bem constituído, feito em parceria com a academia, com a UFRGS, o Guaíba tem um histórico de variação de qualidade também muito ligado à questão da variação do nível. O regime de maré do próprio Guaíba também não é tão estável, então, dependendo do ponto, está um pouco mais para uma enseada, a água fica um pouco mais parada, ou é uma região de grande movimentação e, por consequência, grande oxigenação. E o que a gente acompanha, vou falar do último ano, especificamente, vamos pegar ali depois de novembro, de 2023, que é quando começa a ter as inundações, as enchentes, que a gente passou por três eventos, e aí sendo deles o pior em maio, quando efetivamente temos novas marcas históricas, desde a enchente de 1941. A gente

viveu um momento mais agudo, que foi efetivamente os meses de maio, junho e julho, que a gente, até como o próprio estudo da Fepam, UFRGS, apontou, a gente teve um problema bastante associado à maior turbidez, e isso muito vinculado ao que veio nos sedimentos da inundação. Praticamente todo, nós tivemos municípios no interior, que nos relataram, em uma reunião, inclusive, do comitê do Gravataí, que na região o solo foi completamente arrastado e chegou à rocha. Então, regiões que tinham produção de alimentos sofreram grandes perdas, porque vão ter que reconstituir o solo. Ficou a rocha exposta e, naturalmente, esse solo foi carregado e levado em direção ao mar, passando por nós aqui no Guaíba. E nós, porto-alegrenses, a nossa geografia nos deixa bem suscetíveis ao que vem desses afluentes, seja em quantidade ou em qualidade. Então, a gente, sim, passou por pelo menos três meses de alterações bem significativas. Foram momentos que a gente, inclusive, os colegas do tratamento depois podem relatar, a gente teve bastante momentos de mudança de processo para conseguir ajustar o tratamento de água, basicamente em função da presença mesmo de mais matéria sólida. Do ponto de vista de outros contaminantes, o que a gente vê no Guaíba é, sim, em alguns pontos e algumas épocas do ano, associada à inundação ou, então, a uma estiagem, é a variação de alguns parâmetros em pontos específicos do Guaíba, um pouco mais de presença de pólen, um pouco mais de presença de sedimento. No geral, nós tivemos algumas alterações importantes de pH no Guaíba e durante a enchente, que é uma grandeza bastante importante do ponto de vista da qualidade do lago, porque isso regula toda a parte de vida aquática, os organismos marinhos, peixes, crustáceos de menor porte. E, nesse último tempo, então, o que a gente verificou foram alterações mais específicas, mas, como eu disse, o estudo não, em nenhum momento, tivemos, no Guaíba, alguma alteração que, do ponto de vista de tratamento, fosse, tivesse algum prejuízo ou risco para a saúde. Historicamente, a população acompanha, cada vez que a gente verifica uma alteração de turbidez, que a gente tenha que mobilizar, alterar os processos. Ali na região de Belém Novo, é muito comum que é uma enseada, então: excesso de turbidez durante a seca. Então, nesses momentos, a gente dá uma reduzida

na produção para manter ali a qualidade, que somos fiscalizados pela saúde, temos um histórico de trabalho. Dentro daquilo, da parte da transparência, que também é muito importante, a gente publica os dados, mensalmente, na página do DMAE. Alimentamos também e informamos o Sisagua, onde nós somos controlados. Tivemos, há pouco tempo, uma batelada de análises da parte de agrotóxicos, pela saúde, também tudo abaixo dos limites de detecção, então, em níveis bastante tranquilos, apesar de termos toda uma parte de lavouras e agriculturas que foram lavadas durante o período da inundação. Do ponto de vista, então, da qualidade que afeta o tratamento, foi isso. Temos também alguma coisa do verão, agora, de reclamação de gosto e odor.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** É, eu ia te perguntar, porque isso é uma reclamação frequente e não é agora, por causa da enchente, é sempre, todos os anos, a gente tem essa reclamação.

**SRA. JOICINELI F. OLIVEIRA BECKER:** Isso; é, sempre que entramos no período de mais estiagem, mais seco, temperaturas altas e muitos dias em sequência de alta luminosidade, naqueles dias mais fortes de sol. O que nós temos são dois velhos conhecidos, que a gente sempre acaba levando na mídia, e quando a gente começa a ter as reclamações de gosto e odor, a primeira coisa que o DMAE faz é rodar as análises mais básicas, que são as de MIB e geosmina, que são os compostos que dão esse odor e esse sabor desagradáveis. Para vocês terem, assim, uma medida, dose por bilhão, parte por bilhão, que a gente chama, que é uma concentração muito baixa, a gente brinca que o nosso nariz e o paladar humano é extremamente apurado, porque ele já percebe. Pessoas que têm maior sensibilidade já percebem. Mas, em momentos de seca, isso fica mais agudo. Então, a gente usa duas técnicas, a gente trabalha com um oxidante, que é o dióxido de cloro, e também, com o carvão ativado nós atuamos esse ano, na captação do Moinhos de Vento e São João, que são as que sofrem mais influência do Gravataí. A gente tem acompanhado, a foz do Gravataí continua nos dando indicativo de bastante

sofrimento, ali, daquele corpo hídrico. Então, nesse sentido, esse tipo de ação é importante, aqui, essas reuniões, porque é uma política, uma governança intermunicipal, né? Então, a gente teria que ter um trabalho muito forte, assim, Famurs, comitês, para construir ações integradas entre os municípios, para conseguir, por exemplo, melhorar a qualidade do Gravataí. E as florações que a gente identificou esse ano, ali, entre o dia 20 de janeiro e a primeira semana de fevereiro, vieram direcionadas do Gravataí. A gente analisou também algumas amostras bem ao sul, porque teve um fenômeno também de bastante presença de algas já quase na laguna, mas não chegou, pelo sul não tivemos nenhum indicativo de floração forte, tanto que a água de Belém Novo não sofreu, que é a mais ao sul. Então, realmente, a gente teve um problema na Zona Norte, e aí entramos já em fevereiro, entramos com o carvão ativado, além do dióxido.

Estamos trabalhando, para o ano de 25, a gente tem um trabalho com a UFRGS, que já tem dois anos, e a gente está esbarrando em algumas questões de contratação de uma planta-piloto para, então, fazer, numa escala industrial, o uso de ozônio, um teste com ozônio. Porque o grande limitador de qualquer teste numa estação do DMAE é justamente a produção. Então, hoje, no tratamento, a gente tem essa premissa. Nada é colocado em linha de produção e distribuição para a população que não tenha sido exaustivamente testado e validado. Então, a primeira parte do projeto é um teste, com uma vazão considerável, já em escala industrial. A gente está falando de, a ETA Moinhos de Vento, por exemplo, pode chegar a dois mil litros por segundo, a Menino Deus a dois mil e quinhentos. Então, a ideia é fazer um teste bem menor, não em escala de bancada, mas em escala já industrial. E, assim que a gente tiver validado os dados, a parte analítica, aí, sim, a gente pensa em alteração de uma estação de tratamento de água para colocar o ozônio. Que nós acreditamos, sim, eu sou uma grande defensora, que é uma tecnologia que, em um espaço de tempo menor, vai nos alcançar um bom resultado. Além, claro, de uso de outros elementos que algumas companhias, por exemplo, têm feito uso de, ao invés de carvão ativado, uso de zeólitas, que são compostos que também têm materiais que podem retirar contaminantes. Então, esse é o bojo de trabalho para 2025. Vamos, além do



carvão, tentar já viabilizar o uso de, pelo menos, mais duas técnicas. Era isso. Obrigada.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Muito bom. Obrigada. Vamos passar para a Vanessa Venturi, para complementar, que é a gerente de tratamento de águas. Seja bem-vinda. Diz o teu nome e onde tu estás lotada.

**SRA. VANESSA VENTURI:** Obrigada, o meu nome é Vanessa, estou substituindo o gerente de tratamento de água. No momento, eu estou gerente de tratamento de água. Não tem muita coisa que complementar, que a Joici fez uma fala bem completa, bem ampla, só complementando um pouquinho sobre o monitoramento que a gente faz da qualidade da água, que todos os dias saem, pelo menos, três roteiros que a gente chama de monitoramento. Então, a gente vai nas casas dos usuários, são 357 pontos distribuídos em Porto Alegre. A gente vai em casa de usuário, em hospitais, rodoviária, aeroporto. Todos esses locais, eles são monitorados constantemente pelo departamento. Então, esses dados são publicados também na página do DMAE, para quem não conhece ainda, vale a pena dar uma olhadinha lá. Se digitar qualidade da água Porto Alegre no Google, é o primeiro *link*. Então, ali a gente divulga mensalmente todos os dados desse monitoramento, justamente para isso, para a gente ser um TV a qualquer coisa que esteja ocorrendo na rede. Porque pode acontecer, tem uma obra que daqui a pouco rompe um cano, vai dar um problema de cor. Então, a gente tem várias intervenções na cidade, a cidade é um organismo vivo, que podem vir a prejudicar a qualidade da água. Mas a gente está sempre fazendo esse monitoramento, todos os dias. A gente também tem um controle muito rigoroso nas estações de tratamento de água. A gente tem análises de hora em hora, e até mais frequentes, desde a saída das unidades filtrantes, não sei se vocês estão familiarizados com a legislação, isso foi um incremento na atualização da legislação com a Portaria nº 888, de monitorar cada unidade filtrante. Isso o DMAE já faz desde 2006, 2007, já fazia de cada unidade filtrante. Então, a gente está sempre buscando se antever a legislação, a gente participa também dos

debates, das portarias, justamente para melhorar cada vez mais a qualidade da água e ter segurança. A água não sai da estação de tratamento de água sem segurança. Isso que tem que ficar bem claro, porque a gente entende que a água é saúde pública. O nosso trabalho, na época da enchente, foi muito junto com a Secretaria da Saúde, principalmente no sentido de as pessoas buscarem as fontes alternativas. Nos questionavam bastante, e a gente dizia: “olha, fonte alternativa não é com a gente, a água da torneira é segura, porque as fontes alternativas, sim, estão contaminadas”. A saúde teve um bom trabalho nisso também, de divulgar. Então, essa é a nossa preocupação. Uma água segura. Eu sempre brinco, eu atendia reclamação de usuário desde quando eu estava grávida, e a minha filha hoje está com 5 anos, e eu dizia para o usuário: “eu estou tomando água da torneira agora, e eu estou grávida de tantas semanas”.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Então, pode tomar.

**SRA. VANESSA VENTURI:** Pode tomar. Todos os resultados eu olho. A gente tem um critério muito rigoroso com relação à qualidade da informação. Isso é muito importante salientar. Na portaria, já desde a versão anterior, da 2914, já se falava que os laboratórios têm que seguir a ISO 17025. E nós somos reconhecidos pela ISO 17025 justamente para quê? Para garantir a confiabilidade daquele resultado. Eu chegar para ti e dizer hoje que está 21 graus, é só eu falando. Cadê o termômetro? Como é que ele foi calibrado? Qual a rastreabilidade no sistema internacional de medição? Então, tudo isso é garantia da qualidade, e é uma coisa que a gente se preocupa também muito forte. Eu acho que era isso.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** O Ver. Oliboni quer fazer uma pergunta.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nunca teve, assim, exposição excessiva, tipo alumínio, coisa assim, que possa criar um problema de saúde? Porque



dizem que a exposição de alumínio excessiva causa um Parkinson, um Alzheimer, coisa assim. Pode tranquilizar a população?

**SRA. VANESSA VENTURI:** Claro. Duas coisas que são muito mito, que é interessante tu toques nesse assunto. O alumínio é um. Então, o alumínio, a gente sempre esteve abaixo da portaria. A gente nunca teve resultados que prejudicassem a saúde, que indicassem algum risco à saúde. Usamos hoje o policloreto de alumínio em todas as estações. Não é mais o sulfato de alumínio já há bastante tempo. Ele já está na forma polimerizada. Então, esse alumínio não fica disponível. Tem mais alumínio no Guaíba do que na água tratada. Então, a gente tem a preocupação, esse monitoramento é feito constantemente. E também até o sódio, que se fala muito da água mineral. A água mineral tem um horror de sódio. Na água do DMAE, é em torno de 20 miligramas por litro, é bem baixinho. Então, para quem tem pressão alta, é ótimo tomar água da torneira.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Muito bem. Vamos passar, então, para o professor Salatiel Silva, do IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas, para fazer as suas considerações. Seu nome completo, por favor, e de onde o senhor é.

**SR. SALATIEL WOHLMUTH DA SILVA:** Bom dia para todos. Meu nome é Salatiel Wohlmuth da Silva. Eu sou professor, então, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas e atuo, basicamente, no Núcleo de Estudos em Saneamento Ambiental do IPH. Então, a Joici e a Vanessa deram uma explanação excelente sobre o que acontece aqui em Porto Alegre e sobre a qualidade da água e o trabalho do DMAE. E eu acredito no trabalho do DMAE, porque eu também tomo água da torneira. Inclusive, quando eu sou o professor titular da disciplina de tratamento de água e de esgoto, para a Engenharia Civil e para a Engenharia Ambiental, logo no início da disciplina, eu sempre faço esse questionamento se eles tomam água da torneira ou se eles tomam água mineral e o porquê. Então, esse ponto é bem importante, porque todas as companhias que realizam o

tratamento de água, a potabilização da água, elas têm que seguir uma norma muito importante, que é a [Portaria nº 888](#), e que, nessa atualização de 2021, ela melhorou muito em relação à anterior e ela traz mais exigências aos órgãos que têm que realizar esse tratamento. Então, o DMAE, assim como a Corsan e outros seguem à risca essa portaria. E, por outro lado, se vocês forem verificar a legislação de água mineral, ela é completamente diferente, que ela segue o que é água mineral. Então, os parâmetros são completamente diferentes. Então, a segurança é completamente diferente. São questões complexas e que, muitas vezes, trazem alguns mitos em relação a essa qualidade, ou a falta de confiabilidade em relação a isso. E eu acho que tem um ponto que é bem importante e que talvez não esteja sendo tão abordado, ou não é o foco hoje, mas que é o que eu acredito que deveria ser, que não é a qualidade da água do abastecimento, e, sim, a qualidade da água bruta, e que está relacionada com o quê? Falta de saneamento básico, que é a falta de esgotamento sanitário, falta de rede, falta de tratamento e também de tratamento de efluentes. Eu acho que a gente tem que focar no causador do problema, que somos nós. Então, no momento em que a gente investe mais na coleta adequada do esgoto sanitário, no tratamento adequado do esgoto sanitário, no lançamento adequado, a gente vai diminuir os impactos no ambiente, a qualidade da água vai melhorar naturalmente, e a gente vai gastar menos para tratar a água. Então, acredito que o nosso debate deveria estar sendo focado em outras questões relacionadas ao saneamento. E também, como muito bem apontado pela Joici, é que esse plano de ação tem que ser conjunto entre as municipalidades. Por quê? Porque a gente tem problemas a montantes. Então, muitas vezes, o problema é Porto Alegre. Quem disse? Como a Joici bem comentou, nós temos vários afluentes no Guaíba. Então, se a gente verifica tudo aquilo que está a montante, quanto de esgoto é coletado e tratado nos municípios a montantes? Essa é a pergunta que tem que ser feita. Então, está aí a importância dos comitês de bacias, em discutir de forma integrada em como melhorar a coleta, o tratamento do esgoto, de efluentes industriais também e a fiscalização. Então, acredito que o foco deveria ser mais esse do que o outro. Muito obrigado.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Mas o que o senhor propõe nessa questão fundamental que o senhor acaba de dizer, o tratamento do esgoto em Porto Alegre? Se o próprio Município, ao longo de inúmeras gestões, não consegue avançar nisso? Muitos até tentaram. De onde vai ser jogado esse esgoto? Pega aqui o arroio Dilúvio na Ipiranga, por exemplo. Para onde poderia ir tudo isso? Tenho certeza disso, que, à medida que nós fiscalizarmos e tirarmos essa ligação clandestina, isso vai melhorar muito. O que se pode propor para o governo?

**SR. SALATIEL WOHLMUTH DA SILVA:** Excelente questão e difícil de ser respondida. Acredito que Porto Alegre teve um avanço muito grande com as obras do Pisa – Programa Integrado Socioambiental – de 2010, antes da Copa do Mundo, em que se iniciaram as obras do Pisa, e Porto Alegre teve uma evolução bem grande em relação a isso. Então, em se tratando de saneamento na parte de esgotamento sanitário, se dermos uma verificada no Brasil, estamos extremamente atrasados. O Brasil e o Rio Grande do Sul também. Basicamente, temos coletado e tratado aproximadamente 50% do esgoto no Estado. Isso são níveis extremamente baixos. Ainda mais se verificarmos o novo marco legal de saneamento, que ele pretende, até 2033, chegar a 99% de abastecimento de água. Acredito que, sim, é possível chegar a 99%, mas os 90% de esgoto é impossível, porque não tem volume de obra suficiente para conseguir fazer isso. Começamos atrasados, então vamos demorar alguns anos pela frente, com políticas públicas adequadas, que já estão sendo tratadas, para melhorar a questão do esgotamento sanitário. Tem um ponto muito importante que é que, muitas vezes, falta a conscientização das pessoas. Tem muitos bairros que têm rede de esgoto, e que as pessoas não fazem a ligação. Não fazem a ligação. E não tem como obrigar a pessoa a ir lá e fazer a ligação. Não tem como invadir a propriedade da pessoa e realizar a ligação. É uma estrutura de pirâmide. Temos que iniciar pela base, que seria conscientizar as pessoas que a contribuição delas é muito importante, iniciando pelo processo de ligação. Porque muitas

peças têm esse problema de... Quando fui construir a minha casa, em 1980, no meu terreno, a Prefeitura exigiu que eu tivesse uma fossa séptica. Aí ela tem o habite-se. Dizem que, naquele período, exigiram isso, agora, está passando uma rede aqui na frente. Por que eu preciso ligar? Eles não querem gastar com a obra, não permitem a entrada. Acho que esse é um dos pontos iniciais fundamentais que tem que ser explorado em relação à questão de consciência ambiental, que eles estão fazendo essa contribuição. Outro ponto importante que entra também é a parte de ligação clandestina. Claro, tem muitas ligações que são muito antigas e que vai ser muito difícil conseguir rastrear e chegar lá à fonte e conseguir fazer as obras de interceptação. Acredito que a gente já tenha evoluído bastante, mas as políticas públicas são importantes para ter esse enfoque na parte de esgotamento sanitário. E, como eu comentei, acredito que os prefeitos e os vereadores têm que se sentar e conversar sobre essa integração do saneamento. Não adianta Porto Alegre tratar 100% do seu esgoto, se os seus municípios a montante não estão fazendo isso. Tem município que coleta 5% e trata 5% do esgoto, e são municípios grandes, isso é um problema grave. E isso traz esse resultado importante, por exemplo, a floração das águas, não é? De onde vem a floração das águas? Excesso de fósforo, nitrogênio e insolação. De onde vem o fósforo? Basicamente, esgotamento sanitário e, claro, um pouco de lixiviação das lavouras, adubação química. Mas, no momento que a gente está num período de seca, é esgoto, certo? Então acho que a parte do esgotamento sanitário é importante e deve ser mais abordada no Estado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada. Registro a presença do Ver. Hamilton Sossmeier. Gostaria de se manifestar, vereador?

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE):** Só uma pergunta. Você falou dos comitês de bacia. Minha pergunta é se tem avançado a cobrança ou se existe uma fiscalização sistemática dos municípios que têm esses afluentes que vêm todos aqui para o Guaíba, uma vez que estoura, logicamente, sempre aqui. Obrigado.

**SR. SALATIEL SILVA:** Excelente questão. Alguns comitês de bacia avançam mais do que outros, têm reuniões mais frequentes ou têm problemas mais graves a serem tratados. Acredito que, em alguns pontos, o Ministério Público Federal e o Estadual têm tido um papel bem importante ao obrigar – a palavra é essa, obrigar –, de forma até mais incisiva, que os municípios tomem atitudes em relação à melhora da coleta do esgotamento sanitário e também das estações de tratamento, do tipo de tecnologia, da qualidade do efluente que vai ser lançado depois em corpos superficiais ou bacias de evapotranspiração, inclusive criando sanções em caso de não realizar. Existem sanções, multas em relação a isso. Também outro ponto que talvez seja importante em relação a atingir as metas do marco legal de saneamento seria as dificuldades dos municípios em conseguir investimentos federais ou do BNDES ou outros bancos, se tu não atenderes a determinados parâmetros do marco legal de saneamento.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada. Vamos passar, de imediato, para o Alex Lamas, diretor da Vigilância Sanitária, para fazer a sua manifestação.

**SR. ALEX LAMAS:** Bom dia a todos, meu nome é Alex Lamas, sou chefe da equipe de vigilância da qualidade da água dentro da Unidade de Vigilância Ambiental da Diretoria de Saúde do Município de Porto Alegre. Primeiro, quero elogiar o tema, que eu acho que é fundamental. A gente, que trabalha na área da saúde pública, se debruça sobre isso há um bom tempo. Na verdade, esse tema nem é tão recente. Nas cidades da antiguidade, se organizavam em torno de um poço para abastecer a população, preservavam, com maior afinco do que nós hoje em dia, seus mananciais, suas fontes, suas ninfas, preservavam mais os rios, as matas ciliares, enfim. É um debate que a gente mantém hoje. Acho que é importante, porque hoje a gente também tem esse conceito de saúde única. A saúde do ambiente, a saúde da população animal vão estar diretamente relacionadas à saúde de uma comunidade, por exemplo. Então, para nós é muito

importante. Aproximando-nos um pouquinho mais no tempo, uma questão fundamental da saúde pública foi aquela descoberta do John Snow que as pessoas estavam adoecendo em Londres pelo vibrião colérico pelo uso da água. A simples mudança da captação e, a partir dali, o início do tratamento, com coloração, filtração, enfim, uma distribuição adequada, foi suficiente para debelar aquela pandemia na Inglaterra. Foi um marco, inclusive, para a saúde pública e a fundação da epidemiologia essa preocupação com a água. Nós, que trabalhamos com isso, a gente acha que é mais central ainda, por isso que eu acho, renovo o elogio aqui ao tema, que eu acho que é superimportante. Para o Ministério da Saúde, a partir dos anos 1970, essa questão passou a ser da sua competência através das portarias de potabilidade, que são renovadas e revistas a cada cinco anos. A partir dos anos 1970, enfim. A mais recente é a Portaria nº 888/21, que estabelece exatamente qual é a atribuição do município, do Estado, do ente, do órgão do saneamento, da União, para garantir que a gente tenha uma água de consumo humano que seja uma água potável, ou seja, que atenda a todos os parâmetros da portaria. E aqui, vou fazer só um adendo: de que forma a saúde contribui nesse debate, contribui nesse controle. A gente tem dados próprios microbiológicos e físico-químicos, inclusive o resto da equipe está na rua coletando neste momento, assim como as equipes do DMAE, e fazem as análises de controle. Nós realizamos as análises de vigilância, o DMAE faz as análises de controle. Nós temos acesso, através do Vigiagua, a essas análises de controle. Não satisfeitos, a gente tem um contrato com a NSF, que realiza as análises mais complexas, como metais pesados, agrotóxicos e outros contaminantes que a gente tem, infelizmente, hoje em dia, e também trabalhamos bastante com algumas pesquisas com a UFRGS. Inclusive, participamos de um seminário no IPH recentemente, debatendo o pós-enchente, que mostrou para a gente que todo mundo mora numa bacia hidrográfica. A gente tem agora um olhar com maior dedicação às questões da bacia hidrográfica, que é a questão, talvez, principal mesmo, de forma que a gente está tratando essa bacia hidrográfica, a gente viu que tem relação, inclusive, com o Vale do Taquari, o Vale do Caí, o Vale do Sinos, Gravataí. Não é só o lago que



a gente utiliza, o próprio rio Jacuí, que drena uma boa parte do Estado. Então a nossa relação é bem mais ampla, para garantir uma água bruta de qualidade que permita ao DMAE captar essa água e fazer o tratamento e distribuição de forma mais adequada.

Em relação às análises microbiológicas, talvez nem todo mundo tenha conhecimento, mas a gente faz um monitoramento também no esgoto, por exemplo, do vibrião colérico. A gente sabe, felizmente, que as formas toxicogênicas, que geram pandemias, voltando ao assunto do cólera, não circulam no esgoto. A gente tem que ter um olhar sobre o ambiente como um todo, não só na água, mas também em relação ao esgoto, ao resíduo, de que forma a gente faz o tratamento do esgoto, faz a destinação e segregação do resíduo, inclusive do próprio sistema de saúde. A gente tem um cuidado todo especial com o resíduo contaminante que a gente produz, com o resíduo químico. Todos têm que ser destinados de forma adequada, exatamente para não contaminar o manancial, e é uma preocupação que é da comunidade como um todo, tem que ser da comunidade como um todo. A gente também já tem 30 anos de... Eu, como dentista, não me apresentei, sou dentista, tenho um carinho especial pelos 30 anos de dados que a gente tem da Vigilância de Saúde em relação ao fluoreto, que é tão importante para a gente fazer a preservação, a prevenção da cárie dentária nas crianças. Então, também é um dado que tem que ser ressaltado aqui. Porto Alegre teve um papel bem pioneiro nesse tratamento, todas as seis estações de tratamento de água têm parâmetros adequados, que garantem que as crianças tenham prevenção à cara dentária, mas não tenham fluorose. Esse é um controle que o DMAE faz, e a Vigilância também trabalha nesse sentido.

Para finalizar a minha fala, quero dizer que a gente tinha, até talvez John Snow, ou mais recentemente, esse problema que era o problema microbiológico da questão dos esgotos, e a gente tem, hoje em dia, que lançar o olhar sobre essas novas questões, novos contaminantes – microplásticos, medicamentos, agrotóxicos. Isso é um debate que fala do saneamento, mas também fala do órgão ambiental, assim como fala da saúde. Eu acho que é um âmbito importante

aqui da Câmara dos Vereadores para a gente se reunir e começar a debater esses desafios futuros da saúde pública e da comunidade de Porto Alegre.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Muito bem. Obrigada, Alex. Vamos passar de imediato ao Bruno Vanuzzi, para fazer a sua manifestação.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Bruno Vanuzzi, diretor-presidente do DMAE no momento. Bom, primeiramente, é uma honra estar aqui na COSMAM, vereadores. Não estava na nossa agenda com uma certa antecedência, nós tínhamos um compromisso meio inadiável, mas conseguimos adiar, estamos aqui. Está sendo muito bom ver o debate, o nível do debate. Temos agora cinco vereadores na Mesa, é quase, talvez, um quinto, um sexto do nosso Parlamento, é bastante representativo, com um público importante. Então gostaria de cumprimentar a todos, todos já nos conhecemos. Este espaço que hoje está se abrindo aqui, ao menos do meu ponto de vista, está sendo muito rico porque não se limita aos ofícios que a gente recebeu agora há pouco. Eu olhei esses dois ofícios e pensei que nós teríamos um debate muito focado sobre o que aconteceu na enchente, que é algo que ainda está muito presente em todos nós, e nessa questão específica do alumínio. E eu acho que a questão do alumínio foi perfeitamente explicada. Nós utilizamos hoje um composto que é muito menos poluente, muito menos agressivo, nós temos isso muito mapeado. Claro que, a partir dos próximos anos, nós temos que começar a projetar os novos métodos de tratamento de água. Então, nós temos membrana, que eu acho que é o futuro, é para onde caminha a tecnologia, e nisso nós temos também o saneamento mais de tratamento do esgoto cloacal e a questão da drenagem. Quando nós falamos de saneamento hoje, nós temos três eixos, que até muito pouco tempo atrás um deles não existia na nossa preocupação. A drenagem era um elemento que era uma ferramenta até do saneamento do esgotamento sanitário, que é o chamado esgoto misto, mas não era algo que preocupasse as pessoas. E hoje isso preocupa as pessoas mais do que o esgoto cloacal, muito mais do que o esgoto cloacal e quase tanto quanto a água. Agora aqui, neste

debate, até se falou pouco disso, mas esse é um tema que o Ver. Gringo... Querido Ver. Gringo, tomamos um café ontem, conversamos bastante, já senti que a gente tem origem parecida, todo mundo é gringo, eu sou italiano, sou gringo, quando eu estou elogiando, parece que eu estou xingando, e o Gringo também é assim, ele deu risada e disse: "Nós nos entendemos". E essa questão da drenagem hoje impacta em quase tudo que se falou anteriormente, impacta na questão dos nossos níveis de tratamento, impacta na qualidade da água que a gente tem que tratar, impacta na floração essa das macrófitas, essas cianobactérias que produzem a geosmina e o 2-MIB, que são as substâncias que dão o cheiro.

Hoje, nós captamos a nossa água na foz onde se juntam o Jacuí e o Gravataí, e grande parte da água que a gente acaba tomando, nas principais estações, vem principalmente do Gravataí, que é um dos rios mais poluídos do Brasil. Parece-me que ele já foi pior, que ele está melhorando, mas ele não está melhorando como deveria por vários motivos, o primeiro deles é o subinvestimento, o segundo motivo é o crescimento populacional naquela região, então, que Porto Alegre cresceu em direção ao Sarandi, ao Rubem Berta, Alvorada, que cresceu, Gravataí, Cachoeirinha, todo esse adensamento ali, todo ele contamina aquela várzea, porque ali é uma várzea do rio. Não é um rio, por exemplo, que tem na serra, não é uma situação, por exemplo, um rio que tem... Bom, o próprio Jacuí é um rio completamente diferente, e esse é um rio muito mais sinuoso, muito menos caudaloso e ele vai se espalhando. Então, essa área toda contaminada, hoje, é o que produz o que a gente capta e consome. Porto Alegre pode parecer que não tem nada a ver com o rio Gravataí, mas é um dos principais contribuintes, em termos de esgoto, o rio Gravataí. Então, nós precisamos, sim, de muito investimento em saneamento, porque, vejam, não é uma coincidência, são os mesmos locais onde alagam, que o vereador vai lá e faz o vídeo, não tem infraestrutura. São regiões de ocupação recente, muitas ocupações foram feitas a golpe de facão, certo ou errado, eu não estou aqui para discutir isso, estou dizendo que as pessoas estão lá e merecem ter uma vida digna. Só que para ter uma vida digna precisa de investimento, e aí precisa o calçamento, precisa a

rede de drenagem, precisa a rede de esgoto, a rede de água não pode ser um puxadinho, tem que ter ali o cavalete, tem que ter a medição, tem que ter a macromedição, tem que entender o que está acontecendo.

Então tudo isso é um desafio que o DMAE precisa se capacitar. O DMAE precisa se reforçar. Bom, ontem mesmo, nós despachamos, vamos chamar, já solicitamos, na verdade, oficialmente foi encaminhado ontem o processo, no qual, dos últimos dois concursos, nós chamamos os que estavam no edital, aquelas vagas então foram oficializadas, a solicitação das 33 vagas. Nós encaminhamos, já está protocolado aqui, na Câmara de Vereadores, o projeto de lei de prorrogação dos temporários por mais 730 dias, então mais dois anos. Nós estamos tomando as medidas para que o que está ao nosso alcance a gente consiga executar e levar para as pessoas. Mas, como disse o professor aqui, a pergunta do Ver. Oliboni foi fundamental, em outras oportunidades, já estive aqui na Câmara, respeito muito a posição do vereador, o vereador é uma das pessoas da esquerda que melhor me escutou e que melhor fez as considerações, na época do projeto da iluminação pública – eu me lembro aqui, na Câmara de Vereadores, que foi fim de 2017, talvez início de 2018. Então, quando o vereador fez a pergunta ao professor, e o professor respondeu: “Não tem como”, na verdade, nós sabemos que tem como. Nós sabemos que tem como, precisamos fazer o que o prefeito chama de parcerização no esgotamento sanitário, no cloacal, precisamos fazer isso.

A qualidade da água aqui é um tema que vem sendo, muitas vezes, questionado, mas 100% das vezes de forma indevida. O DMAE produz uma água de altíssima qualidade, altíssimos parâmetros de qualidade, os técnicos são extremamente responsáveis. Nós temos os painéis organolépticos onde se vê, por exemplo, o cheiro da terra, esse odor que a gente percebe, isso é feito diariamente. Então existe um controle muito grande, mas, em algumas coisas, nós estamos pecando, e o esgotamento sanitário e o cloacal nós estamos pecando. Nós estamos tendo alguns problemas, os quais vamos ter que pensar como solucionar, a solução não está posta ainda, mas, por exemplo, com manutenção de adutoras, é um problema que hoje nós precisamos endereçar. Nós temos

muitos problemas de interrupção de vias importantes, como a Assis Brasil, como a Sertório. Nos últimos meses, nós tivemos alguns problemas que foram consideráveis.

A mensagem que eu queria passar aos senhores é de que estamos atentos a todas essas necessidades. A diretora Joice, provavelmente, a partir da metade ainda do primeiro semestre, vai ficar encarregada de um projeto muito importante, que é de modernização das ETAs. Nós precisamos passar de alguns métodos que nós estamos utilizando hoje, mais especificamente o uso do cloro, para o uso do ozônio. Primeiro, por questão de contaminação, questão de risco à saúde, não tanto do uso do consumidor final, não tanto do cidadão, mas mais operacional, porque é um elemento que, em ambientes fechados, é intoxicante, existem vários riscos associados ao uso do cloro. Então, nós pretendemos fazer a modernização para o ozônio. E nós temos a questão do lodo, que nós temos que endereçar, que também é a questão através das membranas que nós vamos ter que fazer esse próximo passo.

Então, presidente Cláudia, nós nos conhecemos também de outros ambientes, eu sei que a senhora é extremamente vinculada à pauta ambiental. Eu sei que a senhora está sempre presente lá na Associação Gaúcha de Windsurf, lá na chamada Raia 1, conhece todo mundo.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Fizemos o selo, agora, do *windsurf*.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Não sei se a senhora sabe, eu vim parar aqui, nesta cadeira, neste momento, neste local, por conta daquele ambiente, daquele local na beira do Guaíba, chamado Raia 1, que hoje é a Associação Gaúcha de Esportes Náuticos e de Lazer... – tem uma sopa de letrinhas –, mas é a Associação Gaúcha de Windsurf. Então, eu tomo banho de Guaíba, não recomendo a ninguém não – não recomendo a ninguém. Digo para os senhores que é um compromisso meu geracional. Eu penso que isso é uma coisa que a nossa geração não pode perder a oportunidade. Nós recebemos muito mal o Guaíba. Pode-se dizer que foi uma decisão, na época, talvez acertada, mas

faltou o próximo passo, que foi, no fim dos anos 1970, a criação do emissário do Arroio Cadeia, que ali se jogou dentro do canal do Guaíba, dentro do canal de navegação, em torno de 50% do esgoto de Porto Alegre. Então aquela foi uma decisão que, na época, a dissolução era a solução, era o que se dizia: quanto mais se dissolvesse o esgoto, melhor ele estaria. Eram os emissários em alto mar, por exemplo, no Rio de Janeiro, e isso foi aplicado aqui em Porto Alegre. E o primeiro grande salto só foi ser dado com o Pisa, que foi um salto entre 2010 e 2014, gerou a nossa Estação de Tratamento da Serraria. A diretora Joice, que é diretora de tratamento, sabe da importância de fazer uma manutenção urgentíssima, nós colocamos em condições aquela estação de tratamento, e essa é uma missão nossa, prioridade número um. E, depois disso, depois dessa estação de tratamento e de todo o emissário que interceptou o arroio Cadeia, trouxe ele, de forma subterrânea, até o Cristal, onde tem aquela torre de equilíbrio, e ali virou um emissário subaquático, e vai dali até a Estação da Serraria. Desde aquilo, aquela obra de 2014, nós não temos nenhum aumento significativo nos indicadores de coleta e tratamento de esgoto. Então, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A gente vê que a cidade está crescendo em algumas regiões e o esgoto não. Isso é muito preocupante, nós temos que ter um olhar sobre isso, porque cada vez que extravasa, nós temos que estar atentos, porque não é só a água da chuva que está extravasando. Obrigado, vereadores.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Diretor, eu queria aproveitar a oportunidade, não é bem o tema, mas falar sobre o DMAE, e eu não posso perder a presença do diretor Bruno para falar um pouquinho aqui para nós. Nós temos aí um projeto que foi aprovado com relação à questão administrativa do DMAE, para que a gente pudesse regulamentar melhor o trabalho das equipes, principalmente das equipes externas. Porque a gente ouve muito, como vereadores, e vê muito na cidade cavaletes do DMAE por todos os cantos. Acho que é bem importante a gente trazer essa pauta e falar sobre isso, porque hoje a gente sabe que um abre, um conserta e outro fecha. E a gente fez essa



estruturação e essa aprovação administrativa justamente para a gente melhorar esse fluxo e poder trabalhar de forma melhor e a ter menos cavaletes em Porto Alegre, porque a gente tem muitos hoje. Queria que o senhor depois falasse um pouquinho sobre isso. E também com relação aos afluentes, a gente falou aqui muito nos afluentes, que tudo acaba vindo para Porto Alegre, para o nosso lago Guaíba, e que desemboca na Lagoa dos Patos. A gente tem um projeto de alargamento daquele estreitamento de ligação da Lagoa dos Patos. Tem alguma coisa sendo prevista com relação a isso? Para quando a gente venha ter, e se tiver novas enchentes ou alguma coisa parecida, que ele possa ir para o mar com mais rapidez? Ou não tem nenhum trabalho feito com relação a isso? Porque eu vi um projeto de uma pessoa que me visitou com relação a isso, que isso poderia ser uma solução para o problema. Eu não sei até que ponto isso é viável ou não, porque a gente ouve muito vida real e vida não real. E também a questão do desassoreamento. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre isso.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Pode ser agora?

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Agora.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Então está bem. Sobre a nova estrutura administrativa, acho que esse é um tema que eu até pensei em falar um pouco, mas ia tomar muito tempo de vocês. Hoje, o nosso grande drama dentro do DMAE é saber quem faz o quê. Então, a vereadora acabou de mencionar, claro, é uma caricatura, não acreditem que é exatamente assim: um abre, um conserta e outro fecha. Não é exatamente assim, mas nós temos mesmo muito compartilhamento de funções, que é em decorrência de um projeto administrativo de 2012. Nós estamos em 2025, nós temos 13 anos com a estrutura administrativa anterior. E me parece que 13 anos para um órgão que mudou da forma como o DMAE mudou, não se esqueçam que em 2019 o DEP foi incorporado ao DMAE. Então, o DMAE tinha dois pilares, que era a água e esgotamento sanitário e

---

esgotamento cloacal, e de uma hora para a outra virou água, esgotamento cloacal, drenagem urbana e, o que é o mais grave de tudo, proteção contra as cheias. A proteção contra as cheias é uma coisa diferente de drenagem urbana. Drenagem urbana é a água que chove dentro do nosso ambiente, e a gente tem que expulsar essa água. Mas nós temos a proteção contra as cheias, que é impedir que o alagamento, por exemplo, da várzea do Gravataí ou do próprio Jacuí, invada a nossa cidade. Essas são atividades que, na maioria das cidades de grande tamanho, das capitais do Brasil, são executadas diretamente pela Prefeitura. Fiz uma enquete rápida no último encontro em que eu estive, em Recife não é assim, em São Paulo não é assim, acredito que em Belo Horizonte também não seja assim. Então, os serviços de água são destacados do serviço de proteção contra as cheias e drenagem urbana, mas aqui tudo está dentro do DMAE. Isso mudou completamente a escala de importância dos assuntos dentro do próprio DMAE, e, claramente, produziu um subinvestimento, pior do que um subinvestimento, um subplanejamento em alguns setores, mais notadamente a questão do esgoto cloacal. Na água nós temos um subinvestimento, mas nós não temos um subplanejamento. O DMAE sabe o que está acontecendo e sabe com um razoável grau de controle. É admirável o esforço que a equipe faz para manter tudo funcionando, seja no centro de controle e operação. Muito antes até de assumir, acho que uns 40 dias antes, eu fui visitar a Joice e fui conhecer o CCO do DMAE. E eu perguntei em determinado momento: “E se esse rapaz aqui tiver um infarto na mesa, o que acontece?”, “Não, é tranquilo, é automatizado e tal...” Porque é uma gestão 100% do tempo, 100% do tempo dando problema e a manutenção na rua fazendo esse ataque diário. Mas então, na drenagem urbana e, agora, na proteção contra as cheias, de um ano para cá, nós tivemos que duplicar ou triplicar o esforço em termos de cabeças pensantes, recursos financeiros, recursos burocráticos administrativos. Por exemplo, a Central de Licitações atendia praticamente só obras de água; e alguma coisinha de esgoto, alguma coisinha de drenagem. Agora atende três vezes mais do que atendia em água, só para drenagem urbana e proteção contra a cheia. E é a mesma central de licitações, com sete, oito pessoas. E nesse meio tempo nós queremos

também que a água chegue na casa das pessoas, nós temos que contratar o carvão ativado a mais, temos que contratar o caminhão-pipa a mais, temos que fazer uma série de atividades. E o esgoto cloacal, então, nisso, acaba ficando praticamente abandonado. Então a nossa estrutura administrativa agora pretende fazer o seguinte: ter diretorias claras – uma responsável pela água, outra pelo esgoto cloacal e outra pela proteção contra a cheia e drenagem urbana. Existem sobreposições entre proteção contra a cheia e drenagem urbana com o esgoto cloacal, por conta das redes mistas. Esse é um tema, dentre tantos outros nessa reforma administrativa, que vem sendo discutido agora dentro das reuniões de diretoria, que a Joice faz parte, a Joice acompanha essas reuniões, nós já tivemos reuniões individuais com os diretores, com duplas de diretores, e em diretoria, com todos os oito diretores, acho que nós tivemos a segunda já tratando disso, ou foi só a primeira? Bom, é um tema que gera ansiedade porque é um processo de mudança, mas não deve ser um tema que gere ansiedade por qualquer pessoa pensar que pode ser prejudicada quanto à extinção de cargo, fazer alguma coisa que não sabe fazer. As estruturas continuam, as atividades continuam as mesmas, a questão só é a ascendência hierárquica e a forma como há a coordenação dos trabalhos entre os setores. Porque hoje nós temos uma interdependência muito grande entre as diretorias, que são transversais, diretoria de desenvolvimento, de tratamento de operação, todas elas cuidam de água, esgoto e drenagem. Todas elas cuidam disso, em etapas diferentes desses macroprocessos, gerando concorrência de prioridades. Cada uma dessas três diretorias tem as suas prioridades, porque os recursos são limitados. Recursos financeiros são limitados, recursos de pessoal são limitados, os tempos burocráticos são limitados. Então nós pretendemos, com isso, criar as prioridades de água, as prioridades de esgoto e as prioridades de drenagem na mão de cada um desses diretores, fazendo o planejamento, fazendo a contratação dos projetos, fazendo a contratação das obras, e nós termos aí pessoas que sejam especializadas nesses três ramos que, ao fim e ao cabo, são tão diferentes que já foram separados em algum momento. Vamos fazer esse esforço importante, nós vamos precisar muito da Câmara de

Vereadores, nós temos alguns temas importantes, nós temos que acertar os problemas das contas. Nós tivemos, graças a Deus aqui não é a comissão do consumidor, aqui é do meio ambiente, então o tema não são as contas do DMAE, mas nós estamos trabalhando firmes nisso, nós temos um diretor extremamente focado nisso, na solução de tecnologia e de informação, tem que ter uma solução de programa, o nosso programa de gestão, para que isso seja solucionado, está em desenvolvimento e deve ficar pronto na primeira semana de abril. E nós vamos ter que fazer um Refis, porque muitas das pessoas receberam contas estratosféricas, que não fazem o menor sentido, mas muitas pessoas também receberam algumas contas um pouco acima da média, que, por conta de inúmeros motivos, são um acumulado, que nós queremos dividir com os vereadores e com a sociedade, um parcelamento automático por 12 meses, por exemplo, que é o tempo em que não houve a medição. Mas é isso, vereadores. Obrigado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Primeiro, agradecer a vinda aqui do presidente, o Bruno Vanuzzi, num momento especial aqui para a gente fazer algumas perguntas, porque a sociedade também quer...

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Josi, se alguém quiser se manifestar da plateia, pode ir anotando, depois dos vereadores, daí o pessoal pode falar. Obrigada.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** A sociedade talvez está apreensiva, no momento em que o governo municipal disse que o novo presidente, o Bruno Vanuzzi, teria uma das missões de preparar o DMAE para a privatização. Eu espero que o Vanuzzi convença o prefeito para tirar essa ideia da privatização.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Mas é que não há essa ideia. Esse que é o ponto.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Vou fazer uma pergunta. Exatamente isso que eu gostaria que o senhor falasse. Porque uma coisa é parcerias, todo mundo faz, dependendo do comprometimento dela, e a outra é ter o controle de tudo isso para poder operar todas as mudanças. O DMAE é super-habitável, tem recurso disponível. Imaginem os cidadãos, quando deu a enchente, do jeito que ficou a cidade, como o DMAE conseguiu fazer um tratamento de água, de água potável? E, se fosse a iniciativa privada, teria acontecido isso? Ter segurança de que a água é de boa qualidade, como foi dito aqui para nós, e que é seguro, eu não sei. Há uma enorme dificuldade. Por isso, espero que o governo retire isso, a ideia de privatização, e tenho certeza que quem tem expertise vai ampliar os servidores, ao menos do que poder fazer essa mudança tão radical.

Por um outro lado, a Câmara já deu um suporte importante aqui: aumentou o número de diretorias, era cinco, se não me engano foi para oito, aumentou o número de servidores, mas o que nós, ao menos é a minha opinião, gostaríamos é que tivesse um concurso público, algo mais seguro, valorizar o servidor público, ampliar-se a questão das redes.

Nós temos inúmeras comunidades que são “gatos”, como falam na CEEE Equatorial, na água. Então, para quem não tem condições de pagar água, em determinadas regiões que são ocupadas, que possa haver, sim, em tempo, uma bica livre ou uma canalização com taxa social. O DMAE era que nem a Carris antes. A Carris, em algumas linhas, era óbvio que tinha prejuízo, porque ela ia no topo do morro, ninguém quer ir buscar o cidadão. Com a água não é diferente, ela só vai ao Morro da Cruz se tiver investimento pesado, algo que, muitas vezes, principalmente na época de verão, falta água.

Então, eu tenho certeza que manter o DMAE público vai continuar com uma política também para os mais pobres, o que que muitas vezes os governos não olham isso. Que isso seja convencido. Então, nesse sentido, Vanuzzi, eu queria que tu falasses para nós: em caso de fortes e cheias, que corremos o risco de ter novamente, o DMAE está seguro, tem condições de manter a água em

condições potáveis? O governo vai fazer concurso público? A Câmara não é contra isso, pelo contrário, ela apoia iniciativas do governo que amplia serviços e que valoriza o servidor. Praticamente é isso. Obrigado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Só antes do senhor responder, eu queria convidar a Ver.<sup>a</sup> Natasha para sentar aqui na Mesa conosco. Seja bem-vinda à nossa Comissão. Pode responder, diretor.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Excelente pergunta, vereador. Obrigado pela oportunidade de poder falar com todos a respeito desse tema que é tão importante, porque nós precisamos de esclarecimento. Então, primeiramente, o DMAE não está sendo privatizado, não será privatizado, não existe sequer a possibilidade jurídica, sendo uma autarquia, e o que é mais importante, os servidores, todos, do DMAE, têm a tranquilidade que isso é um compromisso do prefeito, é um compromisso meu, todos eles têm os seus cargos plenamente assegurados. Não existe a menor dúvida entre o ambiente político, o ambiente técnico, o ambiente jurídico, de que o DMAE é uma instituição que continua. Qualquer que seja a modalidade de contratação que venha a ser executada, em termos de parceria, qualquer uma delas, o DMAE continua existindo, os servidores públicos municipais continuam com as suas atribuições, com a sua remuneração, com o seu plano de carreira, com as suas prerrogativas. Isso é uma coisa muito importante, gente. Eu tive essa conversa com o prefeito antes de assumir o DMAE. Essa foi uma conversa talvez das definidoras que me permitem sempre ter muita tranquilidade para falar sobre isso. E é interessante, porque eu sou abordado nas obras, às vezes. Eu estive na Assis Brasil, na adutora da Assis Brasil, e um dos operários, não sei se é Baleia o apelido dele, me chamou num cantinho assim: “doutor, o senhor poderia conversar comigo, vamos ali na parada de ônibus”. A gente parou ali, ele me disse: “doutor, eu tenho 39 anos de DMAE, 39 anos de DMAE, quantos anos mais o senhor me dá? Eu disse: como assim? Ele me disse assim: “não, porque o senhor vai vender o DMAE”. Eu disse: meu Deus, cara, calma, vamos devagar. Você está



preocupado que, de alguma forma, o seu trabalho esteja em risco. Ele disse: “é isso, é isso”. Eu disse: não, pode ficar tranquilo, esse terrorismo - desculpa usar essa expressão, não quero ser agressivo nisso, mas foi a impressão que me passou, que era a melhor forma de comunicar isso para ele - não contribui para ninguém, porque gera ansiedade, gera doença na pessoa, e as pessoas precisam trabalhar tranquilas. Eu sou servidor público, gente, sou servidor público de carreira, concursado no mínimo há 26 anos, concursado no mínimo há 26 anos, nos últimos 26 anos da minha vida, eu só passei quatro anos em licença interesse, sem remuneração, ao contrário, pagando previdência para estar licenciado, mas, de resto, minha vida toda foi ali. E voltei. Um dos motivos, um dos tantos motivos, além do desafio do DMAE, que é um desafio que eu considero, talvez, o maior desafio que tem na cidade hoje, ao menos no Poder Executivo, além disso, o fato de que eu teria que pedir exoneração. E ser servidor público de carreira, gente, é uma coisa que é uma decisão existencial. E eu falei isso para o prefeito, falei para a vice-prefeita, falei para o secretário Schirmer e para o secretário André Coronel - estávamos os quatro na mesa, e eu disse para eles: eu entendo a ansiedade das pessoas, porque a pessoa que fez um concurso público organizou a sua vida dessa forma. Isso é uma coisa que, para mim, é muito próximo, é muito a minha vida. E eu digo isto para vocês: o projeto não passa por privatização, não passa por ninguém perder o emprego. E não é à toa que a gente está sendo responsável na questão do concurso. Eu chamei os 33, que era o que estava no edital. O edital dizia: um, um, um, a soma daqueles, e todos do lado - mais CR. O cadastro reserva, nós não estamos chamando, nós estamos chamando os que estavam no edital. É uma questão de lealdade e de previsibilidade, que é o que as pessoas precisam. E isso não é nenhum demérito, porque eu também sou servidor público, e servidor público preza a segurança e saber onde está pisando. Então, fiquem tranquilos quanto a isso.

Dito isso, o senhor falou de tarifa social e algumas gratuidades. Nós temos muito mais, talvez, do que seja conhecido. Eu acho que esse é um tema que o DMAE comunica mal. Porque, muitas vezes, dentro do DMAE não há consenso sobre

instalação de rede de água ou outras, principalmente drenagem, em situações que são irregulares e subnormais. Porque, tecnicamente, segundo a norma, segundo o Ministério das Cidades, segundo tantas regras, não poderia ser instalado ali. Mas a vida das pessoas precisa de infraestrutura, precisa de água; água é o meio da vida, talvez o mais importante. Eu acho que é o único do qual a gente não pode prescindir. Quando essas obras acabam sendo realizadas, existe um certo desconforto interno do DMAE, porque alguém pode vir a ser responsabilizado no sentido de por que botou aqui e por que botou ali. Mas fiquem tranquilos, nós estamos lá atentos. E nós sabemos que isso, em qualquer processo de parcerização, não pode ser mexido. Esse é um tema que é muito caro ao prefeito. O prefeito é um prefeito muito sensível ao tema de comunidade, ele gosta de ir à comunidade, ele gosta de conhecer o problema, ele tira a foto, ele manda para a gente a foto e manda um áudio em cima, ele sabe o que está acontecendo.

Então, é isso gente, a questão hoje do investimento é chave no saneamento, porque nós precisamos de investimento em água, nós precisamos de esgoto local e nós precisamos de drenagem. Em drenagem nós estamos conseguindo endereçar muito desse investimento através de financiamento internacional e Orçamento Geral da União e FGTS.

Então nós temos bastante coisa em andamento, tentando retornar aqui algumas perguntas que foram feitas antes e que eu acabei não respondendo. O alargamento do canal, isso da drenagem, o Estado do Rio Grande do Sul está fazendo, está fazendo alargamento do canal vindo de Itapuã para cá. Então em Itapuã parece que já está acontecendo.

A nova estrutura, a questão dos nossos financiamentos internacionais, eles vão garantir a cidade, acho que é a pergunta do Ver. Oliboni, tem que se dividir em qual dos ramos? Vai nos garantir em prevenção contra cheias e alagamentos? A médio prazo bastante, a longo prazo com certeza, e a curto prazo estamos fazendo tudo o que é possível e inovando bastante em relação ao que vinha sendo feito antes. Inovando bastante, colocando muita coisa de diferente. O relatório holandês – logo que os holandeses vieram aqui, pós-enchente – foi

muito claro, muito didático. Nós precisamos sempre aprender com quem passa por uma coisa parecida diversas e diversas vezes. E os holandeses vieram aqui, é o país que mais teve alagamento, um quarto do país está abaixo do nível do mar e eles estão de frente para o mar. Eles disseram que precisam de ações de curto, de médio e longo prazo. As de curto prazo é de funcionalidade, garantir que as estruturas voltem a funcionar tal como funcionavam antes. Não é nem questão de um mesmo nível de garantia de resiliência e durabilidade, não é só a funcionabilidade. Nós conseguimos atingir isso na proteção contra a cheias. Por isso que a gente tem tanto buraco. A gente está com muito cavalete, porque a gente está tentando garantir esse nível. Toda a estrutura, toda a rede ficou fragilizada, tudo extravasou, tudo saiu do lugar, todas as peças de concreto se mexeram, todos os canos atuaram sob pressão quando não estavam acostumados a atuar sob pressão. Então é um estresse de todo o sistema. Então esse esforço de curto prazo foi feito.

O de médio prazo é reconstrua a parte que te dê mais resiliência, garanta resiliência, que é a elevação dos painéis, a elevação das máquinas, trocar algumas máquinas por bombas submersíveis. Isso tudo está em curso, as obras estão em curso. Algumas já começaram, outras até já terminaram, como o fechamento de algumas comportas, outras estão terminando os projetos, mas é algo que sucessivamente, ao longo de 2025, nós vamos ter muitas entregas e primeiro semestre de 26.

E as obras de longo prazo, que é fazer estruturas com resiliência para 50 anos, para 60 anos, para 100 anos, que é mais ou menos o que foi feito lá em 68, quando se construiu o Muro da Mauá, é essa a dimensão do que está sob nossas responsabilidades. É essa a dimensão. Nós estamos à frente de um projeto, o DMAE tem essa importância, os servidores têm que ter essa compreensão, que o prefeito sabe disso, eu sei disso, nós precisamos todos entender a missão que nós temos agora à frente, o DMAE será o responsável pelo novo sistema de proteção contra a cheia de Porto Alegre. Não existe nada mais nobre, nada mais importante do que isso no momento na cidade.

Então, por isso, inclusive, o DMAE, é importante as pessoas entenderem, não sofreu uma perda remuneratória nos cargos, diversos cargos que existiam, e por isso o DMAE hoje tem toda essa problemática dos cargos. Os cargos do DMAE foram preservados em termos de valor, mas ficaram escassos, e nós vamos ter problema, sim, de corpo técnico para que a gente faça essas obras, que é o novo sistema de proteção contra as cheias. Obrigado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Acho que isso é um tema que a gente pode trazer em uma outra pauta, porque a gente já está fugindo um pouquinho, mas acho que é importante a gente trazer, o vereador Oliboni também fez a questão, e eu perguntei também coisas que não estavam na pauta. Mas acho que vale uma outra reunião para nós trazermos mais informações depois, para não fugir muito da pauta. Nós temos a Ver.<sup>a</sup> Atena que vai falar, depois nós vamos passar para as pessoas que estão conosco, aqui não sei também se a Ver.<sup>a</sup> Natasha depois quer se manifestar, depois da vereadora Atena.

Depois que o senhor responder ou que forem questionados pela Ver.<sup>a</sup> Atena, nós vamos passar para quem está nos assistindo, o público, mas aí quem for perguntado, se houver alguma pergunta, responde ao final das três inscrições que a gente tem, para a gente poder agilizar, está bem?

A Ver.<sup>a</sup> Atena Roveda está com a palavra.

**VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL):** Bom dia a todas. Estou um pouco reflexiva aqui, desde que escutei o professor, principalmente, porque a gente tem, primeiro, um problema de divulgação enquanto jornalismo científico. A informação que a ciência produz dentro do laboratório não chega da maneira absoluta para a população e, muitas vezes, as coisas são distorcidas ou, muitas vezes, se ensina de uma maneira extremamente precária.

Um dos pontos que eu queria trazer, só para refletir mesmo e embasar a minha pergunta, é que, quando a gente fala em tema de natureza, água, energia elétrica e etc., a gente acha que a natureza é absoluta. Mas, na verdade, a ciência e a tecnologia são um investimento literalmente tecnológico de controlar a natureza.

Esse prédio é levantado por uma série de questões, cálculos e de conhecimento para sustentar toneladas de átomos que estão aí. A energia elétrica é totalmente controlada pelo conhecimento humano. Não à toa, nós temos aqui o controle da ciência, do conhecimento tecnológico, fazendo com que a energia chegue nesta sala. Então, nós temos, enquanto acúmulo humano, muita questão, muita seriedade, muita confiabilidade que a gente pode sim controlar a natureza. Tanto na questão de investir em outros processos que a gente entende que, quando as águas encheram em Porto Alegre – e eu lembro que sou moradora da Cidade Baixa – eu recebi a mensagem do prefeito de que não precisava sair. Eu recebi a mensagem do prefeito de que não era necessário sair. E eu não saí. E, no final, eu tive que sair. Então, diretor, é pedir até escusas de dizer que a palavra terrorismo, nesse caso, é inapropriada, é um processo de desconfiança, acumulada.

O prefeito atual foi vice-prefeito do Fortunati em 2013. A gente tem um acúmulo histórico. Não é terrorismo, companheiro. Não é terrorismo. A gente não pode entrar nesse nível de debate político. O debate político tem que saber o seguinte: qual é o orçamento aplicado na LOA de 2023 para 2024, aprovado nesta Casa, que a Prefeitura colocou dentro do departamento do DMAE, dentro do departamento de vigilância sanitária? Qual foi o investimento pensado após as enchentes de 2024 para 2025? E pensar que a sociedade é hipossuficiente perto da Prefeitura, que é hipersuficiente de informação. Então, infelizmente, companheiro, não é de responsabilidade da sociedade civil ter a noção da informação que a Prefeitura tem absoluto controle. Isso é de responsabilidade, companheiro... E eu gostaria que o senhor olhasse para mim, por favor, porque eu olhei para o senhor todo o tempo que o senhor falou em respeito a esta Casa. E a sua responsabilidade é uma responsabilidade muito explícita. E essa responsabilidade explícita é exatamente o que me faz questioná-lo a respeito desse orçamento atual. Questões de privatização, questões de parcerização, questão do que for, a gente não vai poder discutir agora porque não está dado. Como não estava dado a extinção dos cobradores que colocou pessoas na rua. É em cima desse acúmulo – e isso é uma realidade – que a gente está falando

e que essa população, esse senhor que falou sobre isso para o senhor, pode pegar ônibus e, de repente, viu que não tem mais cobrador. Quem foi responsável? O prefeito. Então, não é nenhum jogo político no sentido de a gente ficar trocando culpabilização. Eu não sou vereadora de culpabilizar, eu sou vereadora de responsabilizar. Ele foi reeleito prefeito para dar conta. E o senhor foi colocado nesse cargo para nos dar conta, não para contar história. E essa necessidade é: qual é o orçamento desse processo do DMAIE em relação a essa longa história? E qual é o orçamento? Eu gostaria muito de saber da vigilância sanitária. Não sei se o senhor tem esses dados. Obrigado.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Bom, vereadora, com todo respeito, eu senti o clima de terror nos olhos do servidor. Se havia desconfiança, depois da conversa, a desconfiança cessou. E acho que a senhora talvez tenha se exaltado por alguma razão que eu desconheço, mas o tema, dentro do DMAE, é tratado de forma muito séria. Uma das grandes falácias que existem é que o DMAE é superavitário. O DMAE não é superavitário, nunca foi e, provavelmente, dificilmente será algum dia. Dentre as “n” razões pelas quais o DMAE não é superavitário, é a evidência, mais do que clara, que ainda falta água e ainda falta esgoto. Para ser superavitário, primeiro tem que entregar o que ele deve à sociedade; a Prefeitura tem que entregar o que deve à sociedade. Então, essa é uma falácia. O DMAE não executa o recurso ao fim de cada ano, e essas sobras de caixa formaram um capital que, em determinado momento, chegou aos famosos R\$ 400 milhões.

E aí, a vereadora pergunta: “E o que foi dedicado a isso?” Imediatamente, foram gastos R\$ 150 milhões em esforço imediato durante maio de 2024. Eu não estava lá, estava lá o ex-diretor-geral Maurício Loss, que foi um herói – foi um herói. Culpabilizar a gestão A, B ou C é lamentável, porque, na verdade, não foi a administração especificamente que fez alguma coisa, foram os servidores do DMAE que estavam lá. Servidores do DMAE estavam lá na linha de frente, fazendo hora extra, sei lá, trabalhando às vezes 18 horas, 20 horas por dia. Esse não é um nem dois casos, foram vários casos.



Então, eu solicito a todos que estão aqui que repliquem essa informação que foi passada, que não há o menor risco de demissão de ninguém, que ninguém será deixado para trás, que nós estamos chamando as pessoas no concurso, nós somos responsáveis com a vida dessas pessoas. Dito isso, foram gastos R\$ 150 milhões imediatamente. A seguir, foi concedida uma isenção de seis meses para todos que tivessem a tarifa social na área alagada. Para todos que tivessem suas casas alagadas e não fossem da tarifa social, isenção de mais três meses. E para quem ficou sem água naquela região atendida pela ETA Moinhos, principalmente, foram dois meses de isenção após o retorno da água.

Então, vejam: o DMAE investiu imediatamente um dinheiro que não estava planejado, que não veio de recurso extraordinário, que não veio da administração centralizada, e continua gastando e investindo muito mais do que tem. E isso é um problema muito sério, que é um dos motivos pelos quais precisamos organizar essas contas, fazer o Refis. Visitarei os vereadores no momento apropriado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, diretor Bruno. Vereadora Natasha. (Pausa.) Ah, sim, desculpa. Sr. Alex Lamas, por favor.

**SR. ALEX LAMAS:** Em termos de recursos, só para dar dois exemplos de dois programas, o Vigiagua e o Vigidesastres, dentro da área ambiental, estamos fortalecendo. Acho que até emendas parlamentares têm sido direcionadas para equipamentos e, enfim, para alguns processos. Remeto à questão, que é bem importante na Prefeitura como um todo, da manutenção do corpo técnico, acho uma das questões mais importantes, mas, para fazer uma resposta mais objetiva em termos... Eu não vim preparado realmente em questões de números, não é muito a minha área, apesar de estar participando da construção do Plano Municipal de Saúde 2026-2029, onde a gente quer colocar exatamente isso: quais são os desafios ambientais e climáticos que a gente tem para a área da saúde, junto com os órgãos de saneamento e ambiente, enfim, riscos biológicos, riscos não biológicos. E eu acho que a gente tem que ter essa perspectiva de

que a dengue está vindo com mais força, leishmaniose, que não tínhamos casos humanos, a raiva circula, uma série de riscos biológicos e não biológicos. E a gente tem que fortalecer a capacidade técnica; a dimensão do poder público tem que estar compatível com esses desafios futuros.

Então, só citar dois programas, a gente entende que são também importantes dentro da saúde: o Vígiagua, dizer que a água da torneira que chega na casa das pessoas é fonte de saúde, e o Vigidesastres, que a gente incorporou um ano antes. Ele é uma legislação de dezembro de 2022, a gente montou um grupo de trabalho para trabalhar o Vigidesastres, e esse grupo foi bastante importante, um apoio a todos os órgãos para entender em que momento a água iria chegar, a própria vigilância chegar nos hospitais. Então, foi um acerto, penso eu, da Secretaria Municipal de Saúde fortalecer esses programas, que a gente espera que sejam fortalecidos no futuro também. Mas, em termos de recursos, eu realmente não tenho informação.

**VEREADORA ATENA ROVEDA (PSOL):** Só para deixar explícito que o diretor falou o termo “culpabilizar” e eu utilizei o termo “responsabilizar”. Então, quando a gente busca o pretérito da história do prefeito e da ação do prefeito como vice-prefeito, depois prefeito e reeleito, não estou culpabilizando, porque para culpabilizar não tem como fazer o que não tem como dar conta; eu estou responsabilizando.

E a outra coisa, diretor, o meu ato de exaltação, que o senhor disse que é exaltação, para mim é firmeza política. O senhor pode estar desacostumado a esta Casa, e eu gostaria que o senhor não repetisse isso, senão a gente vai ter que conversar com o prefeito para dizer que ele está colocando diretores que estão se desestabilizando frente ao trabalho de fiscalização. É o meu trabalho, não é exaltação, não é característica do meu trabalho ser exaltada; o meu trabalho é fiscalizar e ficar de olho no senhor. O senhor está aí para isso.

Então, da próxima vez, o senhor tem que ter um pouco de cuidado a respeito disso, principalmente respeito desta instituição. A COSMAM sabe que eu sou muito séria no meu trabalho aqui, é o meu primeiro mandato, mas a minha

consideração é pelos votos e pelas pessoas que ficaram debaixo da água. Exaltação, o senhor acostume-se, porque o Gringo também é muito exaltado, então todo mundo é muito exaltado nesta Casa. O senhor acostume-se, ou a gente vai dialogar com o prefeito a respeito de como ele coloca diretores aqui para classificar os vereadores desta Casa. Obrigada.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Ver.<sup>a</sup> Natasha Ferreira.

**VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT):** Bom dia, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, em teu nome, saúdo a todas as vereadoras e vereadores, também a todos que nos acompanham aqui. Tudo bem, diretor Bruno? Sou a Natasha Ferreira, vereadora do PT, líder do PT aqui na Câmara Municipal.

Eu peguei uma parte da sua fala, Bruno, e quero aqui dialogar. Eu fui a vereadora que conseguiu eliminar, que barrou, por um tempo aqui, uma votação sobre o fim, na verdade, da questão deliberativa do conselho do DMAE. Eu peguei uma parte da fala, diretor, que tu disseste aqui: “Nós não vamos privatizar, nós não vamos privatizar”. Na esfera pública, o teu prefeito, no dia 3 de janeiro, disse que vai privatizar o DMAE. Isso está no Correio do Povo. Inclusive, se vocês derem um Google aí, podem dar o Google: “Privatização Sebastião Melo e DMAE”. O Melo afirma em vários, na Gaúcha, na Zero Hora. Na RBS, inclusive, ele disse que não confiaria na Câmara Municipal caso a gente continuasse na justiça, nós da oposição, e ele privatizaria na caneta. Quem assiste ao Jornal do Almoço sabe do que o prefeito Sebastião Melo falou. Então, os fatos são mais complexos de a gente desmentir em público, né?

Também aqui me chamou a atenção, e eu acho que o senhor precisa conversar com a Fazenda, porque a Fazenda fez uma apresentação na CEFOR. Eu faço parte aqui da Comissão de Finanças, onde a Fazenda, inclusive, diz que o DMAE tem superávit, e que ele teve um déficit, na verdade, no ano da enchente, exatamente pelo aporte que ele teve que fazer na cidade. E detalhe: o Jornal do Comércio fez uma reportagem aqui também, dizendo que, de 2015 a 2023, a

---

autarquia teve superávit, e tem várias outras informações; a própria Zero Hora fala sobre os superávits do DMAE.

Mas qual é a grande questão aqui, com toda a questão de respeito, diretor? Eu acho que vocês têm uma pretensão de privatização do DMAE, porque, a partir do momento em que vocês tiram o poder de deliberar do conselho, a partir do momento em que vocês dizem que não tem como investir... E aí eu vou ser bem honesta aqui: o banco que vocês buscam dinheiro é banco público para a empresa privada. Foi isso que vocês fizeram com a Corsan, eu acompanhei todo esse processo, inclusive, quando tu estavas na linha de frente, e que vocês acabaram com esse serviço de água estadual, que, inclusive, agora em Passo Fundo, as contas públicas estão passando de R\$ 2 mil.

Então, a gente precisa entender aqui em Porto Alegre qual é esse plano, porque, após as enchentes, qual é o plano que o DMAE apresentou para a cidade de Porto Alegre, para que Porto Alegre saia da crise? Porque entregar para a iniciativa privada com dinheiro do BNDES, nós não vamos topa. Porque, se o banco público vai financiar, que então financie o DMAE público. Eu acho que, quando tu trazes aqui algumas afirmações como “nós não vamos privatizar, porque a gente não vai tirar o emprego de ninguém”, como disse a Ver.<sup>a</sup> Atena, vocês já fizeram isso com outros setores da cidade. Então, a gente quer garantir, na verdade, que a discussão do DMAE público seja feita primeiro, antes de falar de parcerização. Porque parcerizar parte do DMAE hoje é entregar um serviço de saneamento que é caro para a cidade de Porto Alegre, mas é essencial que fique na mão pública. Porque o que fizeram, volto aqui a dizer, o que fizeram com a Corsan foi um desastre político. Tanto que hoje, o povo está pagando uma conta muito cara, tem acesso a totem, pessoas idosas não têm acesso ao celular, não conseguem mais pedir as suas contas. A Equatorial também é um exemplo disso. E nós vamos lutar para que o DMAE siga sendo público, exatamente porque não há um convencimento de que deve ser feita a privatização. E volto a dizer, o seu prefeito disse que vai privatizar o DMAE, você aqui está dizendo que não. Então, quem sabe o prefeito Sebastião Melo possa

nos explicar se o que ele disse no Jornal do Almoço é verdade ou o que o diretor do DMAE está falando na COSMAM.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Natasha. Vamos passar aos inscritos. Nós temos aqui o Marcos Calvete.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Presidente...

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** É que, na verdade, a pauta não é privatização.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Eu sei, só gostaria de fazer uma colocação. Já que a vereadora anteriormente pediu uma questão de ordem, gostaria de fazer uma questão de ordem. O prefeito falou sobre privatização. Eu gostaria de ter lido essa matéria, confesso que nunca li. Ele sempre usou, e foi muito cuidadoso, a expressão parcerização. Se na esfera pública tem aspas e ele usou essa expressão, e foi em 3 de janeiro, significa apenas uma coisa: que ele é uma pessoa muito do povo e que, às vezes, não tem o refinamento técnico que ele foi adquirindo conforme nós fomos conversando sobre o assunto. E foi muito importante, inclusive, nós tivemos essa viagem na Holanda, em que houve uma entrevista coletiva...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

**SR. BRUNO VANUZZI:** É rápido. Um minuto.

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Se nós vamos ficar conversando aqui, a minha proposta, o que eu tenho para falar não vou apresentar. Eu não estou aqui para brincadeira. O jogo de conversa, a gente tem que ter objetivo. Eu sou um cara de atitude, eu quero ver as coisas acontecerem e não estou aqui para brincadeira. Então, vamos resumir a conversa para nós

irmos para o objetivo, só isso que eu quero. Eu quero a palavra logo, o pessoal lá dá a palavra para quem está na plateia, e eu quero falar, por gentileza.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Em resumo, lá ele deu uma entrevista para os quatro principais veículos, explicou exatamente o que ele iria fazer e ele falou exatamente o que eu disse antes de a vereadora chegar. Então, se eu tivesse que responder tudo, a gente teria que voltar um pouco...

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vamos fazer uma outra pauta referente a isso. Obrigada, diretor Bruno. Marcos, por favor.

**SR. MARCOS CALVETE:** Bom dia a todos. Sou químico do DMAE e trabalho no tratamento de esgoto. Quero parabenizar pelo nível das falas. Acho que o debate está sendo colocado tanto da parte técnica, não há retoques a fazer. Mas eu, que trabalho no tratamento de esgoto e ainda não tive voz na conversa de hoje, gostaria apenas de destacar que, assim como o DMAE tem um nível de excelência reconhecido no tratamento e no controle de qualidade da água, também no tratamento de esgoto o DMAE tem excelentes números de atendimento aos parâmetros de emissão nas nossas estações de tratamento. Recebemos, com frequência, a visita do professor Salatiel, que leva os alunos lá, e ele pode atestar isso que estou dizendo também, além, é claro, dos números que são públicos, que são entregues para a Fepam. Quero destacar também todo o monitoramento que é feito em relação ao lago Guaíba. Existem vários pontos de monitoramento no lago que a gente coleta com embarcação e que respaldou todo o enquadramento que foi feito no lago. Eu não era nem nascido e o DMAE já monitorava o lago Guaíba. Esta é, diretor Bruno, a nossa vida. Vou falar um pouquinho também da minha vida. Eu que trabalho no tratamento de esgoto, que está na alça de mira. Na verdade, o que eu quero dizer é o “enquanto isso”, aquela expressão do “enquanto isso”, porque a gente está há oito anos discutindo o que vai ser do DMAE, mas, e o “enquanto isso”? A gente precisa manter... Eu respeito, obviamente, todas as diferentes leituras e opiniões que



são colocadas, mas vou deixar aqui a minha apreensão. Quando eu entrei no DMAE, em 2000 – eu trabalho no DMAE há 25 anos –, a gente era um pouco menos de 3 mil servidores para tocar as atividades do DMAE. E, hoje, a gente está girando em torno de mil servidores, contando com os servidores temporários, ou seja, 1.300, contando com os servidores temporários, aqueles que ficam oito meses, dois anos, ou que nem ficam quando arranjam uma coisa melhor. Eu costumo dizer que o tratamento de esgoto é a primeira etapa do tratamento de água. O prefeito está dizendo que vai manter o tratamento de água como departamento. Eu fico feliz, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, em saber que há muita preocupação em relação ao lago Guaíba e como ele será contemplado, seja qual for o desfecho que for dado. Era só isso.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada. O próximo inscrito é o Diego Cracco.

**SR. DIEGO PORTO CRACCO:** Bom dia a todos. Quero primeiramente agradecer ao proponente do tema. Eu vim aqui como cidadão porto-alegrense para prestigiar o evento e prestar atenção nos debates. Acho que esse aspecto biológico da água, que é citado no relatório da Fepam, é algo plausível, mas, muito embora exista o esforço dos órgãos para manter uma água com qualidade, o tema central que nos trouxe para cá é o odor e o gosto. Não temos informação sobre poluição que cause algum tipo de problema à situação da água porto-alegrense. Mas, hoje, não conseguimos cozinhar um feijão, não conseguimos cozinhar um arroz, não conseguimos tomar um banho sem sentir o cheiro da água, sem sentir o odor dela. Eu queria fazer uma pergunta para o Gringo, que trouxe esse tema à baila. Tu tens uma solução, uma sugestão para os órgãos competentes para acabar com esse problema que é um problema histórico? Que nós sabemos que não é um problema decorrente de enchente, de transbordo, mas sim, de um aspecto anual, de determinada época do ano, como a Sra. Joicyneli falou, época de calor, época de seca, que o porto-alegrense tem que aturar. Eu queria saber se o senhor tem uma solução para o problema.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Muito obrigada. Depois o Ver. Gringo, na sua manifestação, vai responder. Acir, Conselho Popular da Lomba do Pinheiro.

**SR. ACIR LUÍS PALOSCHI:** Bom dia aos vereadores, ao presidente do DMAE. Eu tenho três questões aqui. A primeira é uma constatação: o DMAE precisa de concurso público, tanto para o setor da água quanto para a questão do esgoto. Se tínhamos 3 mil funcionários e, agora, temos 700 concursados, segundo informações, e 300 que estão para se aposentar, significa que tem um gargalo grande, que é a falta de funcionário. E a falta de funcionário implica em expertise. Se tu não tens funcionário, vai perdendo a expertise, vai perdendo o conhecimento; tu contratas pessoas que não conhecem o serviço. Qualquer lugar é assim: se tu não conheces, não sabes o que vai fazer. Então, eu queria sugerir ao diretor-presidente que se faça um concurso grande porque, tu disseste que já veio um projeto aqui para contratar 700 pessoas para dois anos. Isso dá tempo para fazer um bom concurso. A segunda questão é: eu sou morador da Lomba, historicamente nós tivemos água da barragem Lomba do Sabão, que, há 10 anos, foi fechada porque o DMAE fez uma opção política de fechar. A gente, no ano retrasado, fez uma reunião específica com o diretor e teve a promessa de retomar o tratamento, retomar a barragem, para que a barragem fosse um local de reserva de água e servisse à Lomba do Pinheiro, porque nós temos grande falta de água lá. Dentro disso está a Ponta do Arado lá, que a gente não tem notícia de como está, sem contar que Saint'Hilaire e Lomba do Pinheiro são as nascentes do Taquara, do Dilúvio, do Salso, e tem dezenas de vertentes dentro do Parque Saint'Hilaire, que, para mim, o poder público peca por não fazer investimento na preservação das nascentes.

E a terceira coisa é que, quando se fala aqui em parcerização, para mim, é privatização. Então assim, na verdade, nós temos que equalizar aqui a linguagem. A linguagem, para mim, é público, serviço público, e nós temos que ser defensores do serviço público. Se não fosse o serviço público, Porto Alegre

estaria mal, muito mal. Os servidores é que estão de parabéns, ganham pouco, pouca gente e trabalham muito. E a gente tem um prefeito que quer vender a cidade, essa é a real.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada, Ciro. Você quer responder Joicinelí?

**SRA. JOICINELI F. OLIVEIRA BECKER:** A respeito da questão do gosto, do odor, e também sobre a barragem da Lomba, eu acompanhei bem essa questão do reuso, digamos assim, do DMAE voltar a usar a barragem da Lomba do Sabão como fonte de captação para a gente poder fazer o tratamento de água de pelo menos 100 litros/por segundo, para dar um respiro para aquela região ali da Lomba. Esse projeto está há pelo menos um ano em estudo, já temos dois ou três relatórios. O fechamento da barragem da Lomba, como captação, não foi uma escolha política, é uma barragem muito agredida no sentido de ingresso de esgotos ali de regiões onde o esgoto não é coletável, porque também existe uma questão de dificuldade de engenharia, tem pontos que a gente precisa de alternativas. Então, tem algum aporte de esgoto, e a água da barragem da Lomba do Sabão, sem sombra de dúvida, a qualidade dela, do ponto de vista para captação de água para abastecimento humano, é muito pior do que se eu tratasse diretamente esgoto. Ela é extremamente antropizada, tem uma concentração de cianobactérias, de manganês e de ferro absurda. Nós estamos em contato com uma empresa francesa, que está nos fornecendo orçamentos, então, esse estudo já está bem avançado, a única solução de tratamento ali seria osmose reversa, com reconstituição para poder trazer ao padrão de potabilidade. A gente está na fase de definir qual vai ser a técnica. Também tem uma questão de destinação dos resíduos, porque ali o resíduo vai ter manganês, o resíduo do tratamento da água. A gente agora vai sentar com o diretor Bruno. A gente recebeu os primeiros orçamentos, porque, mesmo as empresas que estão acostumadas a tratar a água ao redor do mundo, essa empresa francesa me disse: “Joici, eu estou com dificuldade de te dizer a melhor tecnologia”. Porque

a gente precisa definir, 24 horas por dia, o atendimento integral da portaria, e a água da barragem, justamente ela oscila os teores de contaminantes entre dia e noite, calor e frio, justamente pelas temperaturas. Não é um projeto que está esquecido, o DMAE está olhando para ele e, certamente ao longo de 2025, se efetivamente a gente for retomar, esse projeto vai andar a passos largos, porque ele, inclusive, foi prejudicado pela inundação.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Vou interromper rapidamente aqui, só para passar para o vereador, ele quer fala. Mas é a mesma resposta para os três, eu acho, que falaram, a gente está fazendo o por enquanto. Eu acho que o nosso colega engenheiro do DMAE falou, “mas enquanto isso...? É essa a minha preocupação, que eu vejo que desde 2014 não aconteceu nada no saneamento, e tem que acontecer. Até sair uma parceirização, vai ter que ser feito coisas, como a Lomba do Sabão. Na Lomba do sabão, o que estava acontecendo? O esgoto estava quebrado lá, vereadora, a barragem da Lomba do Sabão foi interrompida a captação há 10 anos, a água não era boa, mas não satisfeito, tinha um emissário, um interceptador da Arroio Taquara passando ali no fundo, que estava quebrado, extravasando e uma caixa de areia extravasando. Então, a nossa equipe foi lá, já mexeu nisso, agora está arrumado, salvo melhor juízo. Não está? Eu estou aqui há 40 dias, foi das primeiras coisas que eu falei.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vamos pontuar. Vou passar para o Ver. Gringo, para ele fazer a manifestação dele e o encaminhamento, e depois o diretor Bruno pode comentar.

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Pessoal, assim, olha, olhem o tamanho da gravidade desse assunto aqui, em relação às vidas que estão aí fora. Eu falo em Porto Alegre, aqui são mais de 1,3 milhão de pessoas, e a gente está falando de um assunto que não é na nossa geração que vai ser resolvido. Eu falo que o sistema é carregado de especulação, e falo aqui com muita convicção, porque a minha fala era para ter sido antes, e foi indo, indo e

chegou para o final. E assim, eu conheço o jogo, entendeu? Então, assim, o que nós precisamos para ontem, de forma urgente, é entregar uma água para consumo humano, aqui, diretamente, e para utilização no alimento, que seja uma água de qualidade. E eu falo isso para vocês aqui, não fecha a informação da gravidade em que estão os mananciais, o sistema de saneamento, tudo que é necessário de investimento, e a nossa água, dizer assim, ela está de boa qualidade. E eu falo assim também, o meu termômetro, ele não é aqui, não é aqui dentro da Câmara, estar dentro, aquartelado dentro de uma sala, é simples, eu ando nas comunidades, eu escuto as pessoas. O porto-alegrense, as pessoas que estiverem me escutando, eu falo isso aqui, não consumam mais água da torneira, não consumam, não coloquem mais nos alimentos. Sou muito corajoso de falar. Vanuzzi, vou dizer assim, eu digo, falar do problema é uma coisa, agora, falar de solução, ela tem que ser entregue imediata. Estou propondo isso aqui para o governo, instalar caixas com água mineral à granel, caixas estratégicas em cada bairro, para a população ter uma água de qualidade para consumo. E assim, a pessoa dizer assim, bebe água, eu faço aqui uma gincana com vocês, nós fazemos o nosso café, o nosso chimarrão, eu vou escolher aleatoriamente um bairro e nós vamos lá tomar chimarrão, beber água, fazer as nossas comidas. Só que assim, nós vamos usar o SUS para sermos atendidos.

Então, eu trago aqui essa pauta e a questão dos mananciais, entendeu? Eu digo assim, eu levanto o problema, eu estou com essa informação que eu recebo nas comunidades, diretamente das pessoas, que ela é grave, então eu tenho que falar. A questão dos mananciais, exatamente, isso aqui é intermunicipal, é de extrema importância que eu vou fazer um relatório que tem que envolver o governo de Estado, tem que haver uma fiscalização forte a nível de quê? Indústria. Eu vou dar um exemplo, Corsan, que foi privatizada, assumiu a privatização agora em Canoas, está recebendo milhares de toneladas de resíduos classe 1, chorume, contém amônia, é um dos itens, altamente cancerígeno. Estão recebendo lá, escoam aqui no Guaíba. O Guaíba dá para se dizer hoje que é a fossa dessa região aqui, entendeu? Da Região Metropolitana. Estão recebendo lá, por quê? Ganância para faturar, ganância para ganhar. E

eu vou lá, vou levantar esse vídeo e vou largar na rede. A população tem que saber disso aí. Outra coisa que eu vou falar, o Município tem que agir em cima dos aterros. Eu fiz um vídeo, tem mais de um mês, dois meses deve ter, que é a questão do chorume, do aterro ali do DMLU do Sarandi, lançando resíduo puro, *in natura*, aquele lixo vem ali do aterro, e vai direto para o Gravataí. Cadê as estações de tratamento, que antigamente era tratado aqui na Cetric, aquela empresa que tinha na beira do Guaíba? Só afastaram a empresa daqui, diluíram no sistema de tratamento. Onde é que estão essas empresas? Quem é que está fiscalizando os parâmetros de lançamento desses efluentes que são tratados? Eu conheço algumas empresas que tratam, e o sistema é a bangu, é arcaico, é com caixa d'água. De onde que vão lançar um efluente com um parâmetro? Eu conheço, eu sei o que está acontecendo. Por isso que eu venho aqui levantar essa pauta. E é de muita coragem falar isso aqui. Eu não sou contra o governo Melo. Eu não sou contra a privatização. Eu não sou contra o que vão investir. Eu sou contra não tomar uma atitude rápida e urgente que traga qualidade na vida do nosso povo. Eu não quero chegar nesse nível, mas a água está prejudicando a saúde do povo e pode estar matando. Entendeu? Então, desculpa os que estão representando, que são parte do tratamento da água. Só existe uma prova aqui, para a gente não discutir, é nós irmos fazer esse teste. Vamos tomar um café numa comunidade, vamos fazer um mate, vamos fazer comida, vamos beber água. É lá que eu quero ver. Eu tenho vídeos que eu recebi agora de manhã, e ninguém sabia que tinha essa pauta aqui. E a água saindo turva da torneira. Muitos vídeos disso. Então é importante que isso aqui... o (Ininteligível.), explorar as coisas com mais contundência. É isso que nos leva a ter uma vida diferente, Vanuzzi. E vou dizer para ti, Vanuzzi: se tu me convidasse para um banquete, e alguém tivesse que comer diferente, eu não iria. Lá eu não iria, porque eu acho justo todos nós termos dignidade. Ah, tu dizer assim: "Tu vais ganhar um milhão para cá, não sei o quê." Não quero. Todos aqui sabem, a maioria aqui deve saber da minha origem. Esse salário de vereador aqui, eu não desdenho porque muitos sobrevivem dele, mas, para mim, não mudou nada na minha vida. Eu estou aqui por um ato que eu tive, desde a enchente, levantando um monte de situação,



entendeu? E cheguei aqui, pensando: o que eu tenho que fazer lá? E estou agindo com o meu sentimento, na maior pura verdade, e agindo com coragem. Então, explorar isso aqui com garra e fazer que a gente traga mudança... Então, Vanuzzi, trata isso, vamos falar com o Melo, vamos nos reunir; ponto de água mineral em Porto Alegre, para ontem. Isso aqui serve para outras regiões, outras cidades da Região Metropolitana. Para ontem, meu povo! Eu quero que vocês me escutem. Quem estiver me vendo, quem estiver escutando isso aqui, que espalhem, porque o que eu estou falando é de extrema importância para nossas vidas. Não chove todo dia – tem que ter ação contra alagamento, enchente –, mas se bebe água todo dia. Todo dia se bebe água, então a gente tem que dar atenção para isso aqui. Vanuzzi, eu vou respeitar o limite de muita coisa aqui, porque eu acho que todos vocês estão aqui para trabalhar, cada um tem que entregar um propósito, mas a gente tem que começar a trabalhar com as prioridades e dar ações que tragam... Que a gente consiga salvar essas vidas. Não dá para deixar isso aqui correr do jeito que está. Então, hoje, aqui, é um depoimento, um desabafo. Cara, eu ando muito... Eu sou um cara que eu não consigo guardar as coisas, entendeu? Eu não consigo guardar as coisas. Quer falar de proteção contra a cheia? Quer falar de obra? Eu quero fazer parte, eu quero ver. Eu deixo um desafio aqui: eu quero ver se vocês têm coragem de me colocar lá para acompanhar os projetos contra a cheia, e quero ver se vocês têm coragem de me colocar lá para acompanhar os custos do investimento em tudo que vai ser investido. É isso que eu quero ver do governo, se eles têm coragem de me botar junto lá. Eu quero ver o meu bisneto dizer: “Esse aqui era meu vô. Esses aqui eram os vereadores que estavam com ele, lá na época em que ele estava no governo. Esse aqui era o prefeito que estava lá com ele, que assumiu com coragem, para trazer mudança para a vida das pessoas.” É isso que eu quero. Eu não quero que o meu neto diga assim: “Minha mãe não gostava do pai dela. Ele foi negligente, ele sabia um monte de coisa e ele não falou. Ele não levantou a voz do povo, ele não falou com a dor, ele não falou com o sentimento.” Vanuzzi, eu ando dentro da saúde. Eu ando dentro da saúde, escoro eles, não quero nem saber. Já me ameaçaram de derrubar meu mandato aqui. Eu já sei

que tem. E digo para vocês: vocês não vão matar um soldado. Não é um cargo, isso aqui é uma voz, isso aqui é uma visão que a gente tem que mudar. A narrativa, eu digo, criaram uma cultura na política e o povo caiu. O povo caiu. É inadmissível, hoje, eu chegar aqui, não sou político, nunca fui, e me deparar com uma cultura, uma estratégia, um jogo. Cara, pelo amor de Deus, quem estiver me ouvindo: nós temos que mudar, nós temos que criar uma outra forma de agir e entregar uma outra qualidade de vida para a população. Vanuzzi, eu respeito o teu trabalho, te agradeço por me receber, eu agradeço aqui as meninas, que são do DMAE, da tratabilidade, mas eu não consigo me conter. O Vanuzzi falou "italiano". Italiano que é italiano de verdade, ele fala, ele expõe, entendeu? É assim, eu digo assim: eu estou aqui por uma luta, eu estou aqui por uma missão, tenho certeza que se Deus me colocou aqui, nós vamos começar a enxergar diferencial, e eu peço que todos se unam a mim. Aqui, cada um falou situações extremamente importantes. O Guaíba está podre, o Guaíba está podre, temos que ter muita ação, temos que envolver fiscalização, temos que envolver atitude para cobrar, para as coisas... Se eu faço uma análise do meu sangue, e eu encontro droga, é porque eu consumo droga. Como é que o Guaíba tem um componente, sei lá, amônia, de onde é que vem amônia? Tem que investigar, nós temos que cobrar do governo de Estado. Cadê a infraestrutura, cadê os técnicos, cadê os responsáveis pela fiscalização, que recebem para isso e não estão tomando atitude? Por que a Fepam não veio aqui hoje? Entregaram um relatório, esse relatório aqui, da Fepam. Eles entregaram o relatório aqui, botando culpa na enchente. Achar culpado é simples, eu quero ver tomar atitude, entendeu? E eu vou dizer mais para vocês, pessoal: metal pesado, ele sedimenta, ele está sedimentado aí no Guaíba, agora, se nós começarmos hoje a atacar, a fiscalização começar a ser contundente e fiscalizar, pode ter certeza, nós começamos com um passo, entendeu? Sem contar o que eu já falei aqui da água: tem que ter uma ação, Vanuzzi, urgente, eu te peço aqui. Diz para o prefeito Melo economizar lá no DMLU, pede desconto num contrato. Quantos milhões saem do caixa público, hoje, em investimento em Porto Alegre, em obras em geral? Chama as empresas, quem quer trabalhar vai ter que dar desconto,

pega esse desconto e investe em água. Não precisa, como diz aqui ó... Parceirização. Está aqui na minha lei...

**SR. BRUNO VANUZZI:** Mas vereador...

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Vanuzzi, eu não te cortei, deixa eu só terminar.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Me desculpa.

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Então, é importante termos ações que levem a esse atendimento que é de extrema necessidade. Tem como customizar, Vanuzzi. Tu sabes que se tu queres comprar um sapato, ou se tu queres trocar de carro, se tu não souberes gerir teu recurso, tu não fazes nada; e isso aqui não é um carro, isso aqui não é um sapato, isso aqui é a água que nós consumimos. Então, esse é o meu desabafo, eu estou preocupado com a qualidade de vida, estou preocupado com a saúde do povo porto-alegrense. Isso aqui não cabe só para Porto Alegre, isso aqui cabe para toda nossa Região Metropolitana, que está pagando com a vida e com a saúde, entendeu? Então, assim, vocês já falaram aqui, vocês já testemunharam. A água, o esgoto, a indústria não têm fiscalização; quer dizer que a água está boa? Pode até estar boa em alguns lugares, eu não sei quem mora no lugar, entendeu? Mas não fecha a informação, entendeu, pessoal?

Eu só quero fazer um comentário aqui, que a vereadora do PSOL se levantou e saiu da reunião. Eu acho isso injusto, isso não foi legal, é importante estarmos juntos, firmar nas reuniões que a gente tem, porque isso aqui é para a população. E o governo PT, o governo federal, está deixando muito mal nosso Estado. O Estado do Rio Grande do Sul sempre foi menosprezado, é injusto o que acontece, nós temos que brigar pelas causas, brigar pela solução, seja quem estiver no governo federal ou quem estiver no governo municipal. Não dá para nós cairmos mais nessa tese política, no enrosco da conversa. A tese que eu

digo sempre da política: é a estratégia, é a reunião, outra reunião e reunião das reuniões, e lá se vai, e as gerações se vão, e não vamos ter solução efetiva. É essa a colocação que eu faço aqui hoje, inclusive eu estou protocolando uma lei para incentivar essa questão das águas. Vamos fazer obra. Vanuzzi, que leve 50 anos, mas nós temos que ter dignidade no que a gente consome, está pessoal? Eu peço desculpas pela minha contundência, mas deixar de trazer aqui a minha verdade e o meu sentimento, eu não posso deixar, porque eu tenho 8 filhos, tenho 5 netos e hoje eu sou vereador de um 1 milhão e 333 pessoas. E mais aqui, quem está aqui pode ser de outras cidades. O meu compromisso é com a verdade, é com esse sentimento, e eu digo assim, eu estou para contribuir. Vanuzzi, pode me chamar numa mesa? Eu vou chegar lá, se quer explorar minhas ideias, escuta-me. Olha aqui, pode botar engenharia na mesa que eu vou sentar contigo. Tu vais ver que nós vamos fazer muito valer, tipo assim, certos recursos que vão ser investidos, em amplitude maior, tipo assim, de proteção contra a cheia, a questão estratégica de mobilização – chega de remendo, temos que enxergar as coisas de forma ampla, de forma de ampla proteção. Então, assim, estou à disposição, tá Vanuzzi, comigo não tem hora, não tem dia. Eu agradeço a presença de todos aqui, que doaram o seu tempo e vêm aqui para dar atenção para essa pauta. Eu não tenho aquela visão de esquerda e direita, o meu foco é caos; então...

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vereador, nós estamos ao vivo, temos ainda três minutos ao vivo, não sei se o senhor quer fazer algum encaminhamento?

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Eu vou fazer um encaminhamento.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Então, por favor, enquanto está ao vivo; depois, se o diretor Bruno quiser concluir, se não, nós damos por encerrado.

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Eu vou escrever ele; aí eu quero fazer os encaminhamentos.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** O senhor vai fazer por escrito?

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Vou fazer por escrito, porque eu aqui falo no meu dialeto, vamos falar assim, cada um tem uma forma de se expressar; eu quero fazer uma coisa com qualidade, porque é importante eu marcar esse momento aqui, ele tem que ser bem técnico e objetivo, entendeu? Viram aqui que a gente vai estar falando de um futuro aqui, que não vai ser na nossa geração que vai chegar aos 100%. Agora, eu tenho que entregar o quê, hoje? Bah! Esse cara aqui hoje me deu vida. Eu não tenho medo de morar numa casa de madeira, entendeu? Agora, não adianta sonhar com a casa de material, e a gente estar dormindo no relento, entendeu? Então, essa é a minha visão. Então, eu vou formalizar e apresento.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Está bem, muito obrigada. Só para concluir, a gente estava ao vivo; a gente tem algumas questões. Eu só vou trazer duas bem rapidinho: o Juliano Gonçalves da Silva, no *chat*, pergunta se os controles das licenças de qualidade que a diretora Joicinele mencionou, se a população tem acesso, sim ou não?

**SRA. JOICINELI F. OLIVEIRA BECKER:** No *site* do DMAE, quando a gente fala de licenças, acho que se referiu às questões de potabilidade?

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Isso.

**SRA. JOICINELI F. OLIVEIRA BECKER:** Então, na página do DMAE, a gente publica os dados de qualidade dos sistemas, ali tem de mês a mês, podem ser acompanhados. Eu acredito também, dados do Vigiagua também são públicos,

as pessoas também podem acessar o que a Secretaria da Saúde ali também acompanha.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** O Luiz Augusto pergunta para o diretor Vanuzzi por que não se cria um comitê multissetorial do clima na cidade? Aí encerramos a pauta.

**SR. BRUNO VANUZZI:** Muito provavelmente já exista.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Eu acredito que sim, mas...

**SR. BRUNO VANUZZI:** Eu queria, naquela hora, interromper o vereador, porque eu ia dizer para o vereador que o senhor está na reunião de diretoria e me ouviu, o senhor é uma mosquinha ali, porque volta e meia eu tenho essa mesma indignação e eu digo para todo mundo que quer ser diretor, e é diretor, que tem que ter um inconformismo com a situação das coisas como elas estão, estar inconformado. Essa inconformidade que o senhor expressa nos ajuda, é combustível, faz a gente ir lá, olhar, resolver. Conte conosco. Eu estava pensando aqui, esse assunto da reconstrução das cheias é um assunto que é muito importante, precisa de todo o escrutínio e toda a transparência possível. A gente vai ter que colocar, eu penso isso aqui, fazer um programa, isso aqui ser um programa e estar *online*, todos os contratos, todos aditivos, todas as notas fiscais, planilhas, do que está empenhado, do que está pago, do que está liquidado. Eu acho que tem que fazer isso aí. Eu acho que esse é um assunto que a gente pode conversar bastante, como construir isso aí, construir essa transparência ativa, que o cidadão saiba o que está acontecendo, porque eu tenho certeza que eu não estarei no DEMAÉ, mas o DEMAÉ continuará tendo obras, decorrentes desse período que a gente passou agora. Obrigado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** O Ver. Oliboni, para encerrar, quer fazer uma manifestação.



**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Então, quero também agradecer aqui a vinda do DEMAÉ, de modo especial, aqui, do Vanuzzi, presidente, a sua equipe, mas ao mesmo tempo dizer o seguinte: o Ver. Gilvani, o Gringo, nosso colega, levantou várias suspeitas sobre o sistema em si, da qualidade da água, de um possível desvio de finalidade. Então, acho que no encaminhamento, nobre colega, Vossa Excelência pode apontar esses aspectos, para que a gente possa ter conhecimento. Por outro lado, eu gostaria que o DEMAÉ pudesse formalizar, divulgação mais pública sobre esse controle da qualidade da água. Nem todo mundo sabe que é feita a medição diariamente. Se, de fato, nós formos levar ao fim e ao cabo do que o Gringo fala aqui, a partir de hoje ninguém vai mais tomar água, há um risco de saúde pública.

**SR. BRUNO VANUZZI:** O vereador está criando uma figura de linguagem, sabe o que é; a água é plenamente segura. Eu não gosto do sabor e do cheiro, o que nós entendemos que agora está melhor, vereador, mas esteve muito ruim durante um período, com certeza.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** E, para concluir, já devolvo aqui, sobre ligações clandestinas, que dificultam o controle da qualidade da água, se tem informações ou via rádio-corredor de que os grandes empreendedores são os maiores causadores disso. Tem que ter uma legislação que possa possibilitar, na liberação da planta do imóvel, que essa canalização seja feita com segurança, senão os inúmeros córregos ou rios, seja o Ipiranga, seja o arroio Moinhos, entendeu, cada vez vai ser pior, vão ser todos canalizados no Guaíba. Nem nós sabemos disso. O vereador não pode propor isso, tem que ser por parte do Executivo, porque isso causa uma multa para quem não operar isso. Tem que ter uma legislação forte nesse sentido. Acho que essa é a principal sugestão.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Feito. Ver. Gilvani o Gringo, para encerrar.

**VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS):** Posso falar rapidinho? Ver. Oliboni, primeiro, eu digo: levantar provas. Acho que a primeira prova é a população mesmo, que é o que eu escuto na rua. E a questão dos contaminantes, eu vou levantar as denúncias pontuais e vou trazer à nossa comissão para nós cobrarmos a fiscalização. Agora, eu não sei como funcionaria, como eu sou vereador pela primeira vez aqui, eu não sei como funciona essa cobrança, que ela vai a nível de Estado, porque não é somente Porto Alegre que tem esse lançamento, mas é a Região Metropolitana. Eu quero trazer uma tese muito importante, eu quero registrar, eu quero ver os detalhes que eu vou colocar. O Ver. Oliboni falou uma coisa – você tem que falar, mas você tem que provar. Então, a questão desses fatos é extremamente importante, mas tem a questão... Vou dar só um exemplo aqui, curto, para não prolongar mais. Se vocês analisassem, eu vou trazer esses dados, a quantidade de empresas que tem CNPJ para coleta de resíduos e que tem a licença, é uma situação; a maioria não tem. Agora, eu vou para o terceiro ponto. A quantidade de empresas que trabalha com o serviço de coleta, que não tem licença e não tem MTR. E quem tem licença e nunca emitiu MTR, que é o Manifesto de Transporte de Resíduos. Eu falo para vocês, eu sou médico, mas nunca dei uma receita. Então, eu sou médico do tráfico. Ah, não vou dar uma receita para ti, vou só te dizer: compra remédio e tal. Então, assim, eu tenho tanta coisa que eu carrego na minha bagagem, na questão ambiental, aí de fora, conhecimento. Eu vou ver tudo direitinho, como eu vou elaborar isso, porque isso aí é um perigo até para a minha vida. Mas, como eu me propus a assumir essa missão, eu vou firmar em cima dela e vou trazer isso em detalhes, tá, pessoal, muito obrigado.

**SR. SALATIEL WOHLMUTH DA SILVA:** É bem rápido. Eu gostaria só de deixar claro para a sociedade de Porto Alegre do Estado que o Instituto de Pesquisas Hidráulicas – IPH/UFRGS está aberto para realizar estudos e fazer parcerias, tanto em escala de laboratório, quanto em escala-piloto, temos equipamentos em escala-piloto, em *trailer*, para auxiliar, tanto empresas privadas quanto

empresas públicas na tomada de decisão. A gente tem vários projetos com a ANA, com diferentes empresas privadas e públicas, em que a gente traz respostas, para que o tomador de decisão, com base nessas características e nesses estudos, possa melhorar a tomada de decisão e a qualidade da água, do saneamento e da saúde. Obrigado.

**PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Obrigada. A Comissão de Saúde e Meio Ambiente agradece a todos que estiveram conosco e damos por encerrada essa reunião. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h05min.)

TEXTO SEM REVISÃO